







# Vozes de Valor

Educação de Jovens e Adultos  
Parceria, acompanhamento e formação

MKT • MODERNA

## Você é a voz da TRANSFORMAÇÃO!

Mais de 54 milhões de brasileiros ainda não têm instrução ou não completaram o Ensino Fundamental.

Juntos, estamos construindo um país mais justo e transformando a história de três gerações que se encontram na EJA: jovens, adultos e idosos.

Tudo porque acreditamos na educação como um direito de todos.

**Junte-se a nós e a milhares de vozes que já ecoam por todo o país.**

[www.moderna.com.br/eja](http://www.moderna.com.br/eja)

Fonte: Censo 2010 - IBGE



 **MODERNA**  
TRADIÇÃO E PIONEIRISMO QUE VOCÊ CONHECE





# Por que ADOLESCENTES estão na EJA?

## TRABALHO

*“Comecei a trabalhar com 5 anos. Desisti de ir para a escola no 5º ano. Hoje trabalho com uma carroça, mas já sei dirigir carro e moto. Já fui pedreiro e vez ou outra faço uns bicos de ajudante. Vou terminar a escola para ter um emprego melhor.”*

**GERALDO, 15 ANOS**, aluno do 3º ciclo da EJA (7ª e 8ª séries), em Juazeiro do Norte, CE.

## GRAVIDEZ PRECOCE

*“Fiquei sem estudar por dois anos porque me casei, tive bebê e meu ex-marido era muito ciumento. Perdi muito tempo, mas voltei mais madura. Quero logo tirar o diploma e conseguir ser advogada.”*

**MARCIANE, 18 ANOS**, aluna do 4º ciclo da EJA (7ª e 8ª séries), em Teresina, PI.

## DECISÃO DO GESTOR

*“Por nota, só repeti a 2ª série. Nos outros quatro anos, fui reprovada porque sempre abandonava a escola. Era uma aluna problema, brigava muito e matava várias aulas. Por isso, me mandaram para a EJA. Hoje, continuo estudando porque quero melhorar minha vida.”*

**POLIANA, 15 ANOS**, aluna do 4º ciclo da EJA (7ª e 8ª séries), em Juazeiro do Norte, CE.

Estudantes de 15 a 17 anos de todas as regiões do país explicam seus motivos para regressar à EJA

## REPROVAÇÃO

*“Fui reprovado três vezes por indisciplina. Minha avó também foi aluna da EJA e me ajudou a mudar. Na sala, os alunos mais velhos são comportados, mas são legais. A história de vida deles serve de exemplo para quem é mais novo. Quero fazer um curso técnico de Mecatrônica.”*

**JORDAN, 15 ANOS**, aluno do 4º ciclo da EJA (7ª e 8ª série), em Curitiba, PR.

## EVASÃO

*“Entrava na escola e logo saía. Achava que não aprendia nada. Só aos 15 anos comecei a levar os estudos a sério. Casei há dois anos e minha sogra me incentivou a voltar. Para tudo nessa vida, tem de estudar. Hoje, se estou com dificuldades, procuro o professor. Meu sonho é ser médica e vou correr atrás disso.”*

**MARI TAÍS, 19 ANOS**, aluna do 3º ciclo da EJA (5ª e 6ª séries), em Juazeiro do Norte, CE.

## DISTÂNCIA DA ESCOLA

*“Morava na zona rural, minha casa ficava muito longe da escola e não havia transporte. Durante seis anos, ajudei meu pai na roça. Este ano, ele passou a trabalhar em uma fábrica aqui e comecei a estudar. Como nunca havia frequentado a escola, recomendaram que eu fosse para a EJA.”*

**JACKSON, 18 ANOS**, aluno do 1º ciclo da EJA (1ª e 2ª séries), em Sertãozinho, SP.

## TRABALHO

*“Durante o dia, trabalho em uma casa de família e à noite vou para a escola. Prefiro frequentar as turmas da EJA porque as aulas são mais tranquilas, não tem bagunça. A minha vontade é fazer faculdade de Administração de Empresas e quero estudar até quando for possível.”*

**JESSILANE, 15 ANOS**, aluna do 3º ciclo da EJA (5ª e 6ª séries), em Marabá, PA.

## DESMOTIVAÇÃO

*“Fiquei três anos fora do colégio porque achava estudar chato demais. Cheguei a dizer para a minha mãe que ‘preferia morrer a voltar pra escola’. Ela tem 60 anos e me convenceu a voltar quando ela própria se matriculou. Hoje, estamos na mesma turma.”*

**WALLACE, 17 ANOS**, aluno do 4º ciclo da EJA (7ª e 8ª séries), em Sertãozinho, SP.

## VULNERABILIDADE SOCIAL

*“Para ser aceito, comecei a vender drogas e também usava. Minha família me expulsou de casa e fui viver nas ruas com outros parceiros de droga. Mas minha família não desistiu de mim e hoje estou de volta à escola, limpo há mais 1 de ano.”*

**MARCELLO, 18 ANOS**, aluno do supletivo 2º grau, em Campo Grande, MS.

Fonte: Portal Revista Nova Escola. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/jovens-15-17-anos-estao-639052.shtml?page=3>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

# EDUCATRIX

ANO 5 • ESPECIAL Nº 3 • VOZES DE VALOR • 2015

### CONSELHO EDITORIAL

Ângelo Xavier  
Igor Mauro  
Ivan Aguirra Izar  
Renata Sanches  
Solange Petrosino  
Sônia Cunha de Souza Danelli

### COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ivan Aguirra Izar

### PRODUÇÃO DE TEXTOS

Kátia Dutra  
Lara Silbiger  
Paulo de Camargo

### ARTICULISTAS

Cipriano Luckesi  
Claudia Mendes de Abreu  
Moacir Gadotti  
Solange Petrosino

### PROJETO GRÁFICO, EDIÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Ricardo Davino Fonseca

### PESQUISA ICONOGRÁFICA

Ivan Aguirra Izar  
Ricardo Davino Fonseca

### FOTO DE CAPA

Daniel Ozana/Studio Oz

### REDES SOCIAIS

Kátia Dutra

### COLABORADOR

Eduardo Santana

Leia nosso acervo digital em:

[www.moderna.com.br/educatrix](http://www.moderna.com.br/educatrix)

 **MODERNA**

Rua Padre Adelino, 758  
São Paulo/SP – CEP 03303-904

**Educatrix** é uma publicação especial com a proposta de colaborar com a formação continuada nas escolas. Distribuição gratuita na internet e nas instituições educacionais por meio da rede de Consultores Moderna.

Tiragem: 15 mil exemplares.

✉ [educatrix@moderna.com.br](mailto:educatrix@moderna.com.br)

© Direitos reservados.  
É proibida a reprodução total ou parcial de textos e imagens sem prévia autorização.

# UM MUNDO em palavras

“  
Para muita  
gente que tem  
estudo, escrever o  
próprio nome pode não  
significar nada, mas  
para mim é  
tudo.”

# NOVO



Aluna mais velha da rede pública a se alfabetizar, Dona Mocinha busca ressignificar a vida pelas palavras. Aos 94 anos, ela é inspiração para outros alunos da EJA.

**POR** João Paulo Freitas, direto de Fortaleza/CE

**OS SANTOS** em miniatura há tempos dividem o espaço da escrivaninha do quarto com livros, cadernos e lápis. O que antes era “tristeza de viver sozinha”, deu lugar a uma rotina de estudos e leitura para dona Mocinha. Há quatro anos ela encontrou na educação um ressignificado para a vida. Quem tiver uma audição apurada e passar por perto da casa dela, no bairro Parangaba, é capaz de ouvir a voz acanhada soletrando letras e completando as palavras.

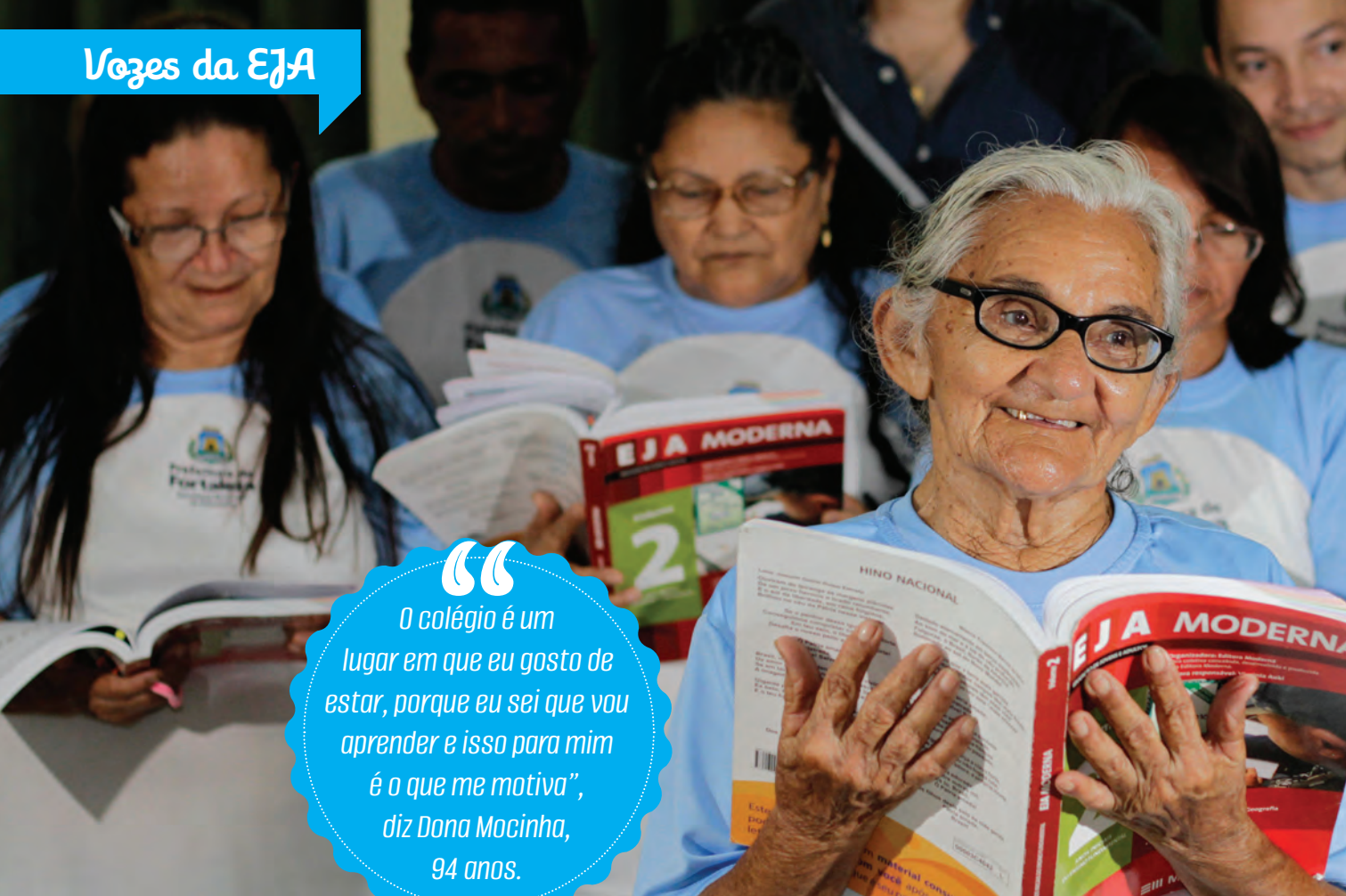
Maria das Dores de Sousa tem 94 anos e é a aluna mais velha da rede pública de ensino de Fortaleza a se alfabetizar, segundo a Secretaria Municipal de Educação. O sonho de escrever o próprio nome só veio a ser concretizado após quase um século de vida, e mesmo diante das dificuldades que a idade impõe, ela já se mostra realizada com os resultados. “Para muita gente que tem estudo escrever o próprio nome pode não significar nada, mas pra mim é tudo”, revela.

Mas, escrever o próprio nome não foi o bastante. A senhora recorta palavras e imagens de revistas, constrói histórias. Brinca com os números e descobre que pode somar as contas das compras do supermercado. Atualmente, dona Mocinha está no nível 3 da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Municipal Raimundo Soares de Souza, que fica próxima a sua residência.

Quando o relógio marca 18h30, ela prepara a mochila com o material e vai para a aula. As dores no joelho direito não são motivo para faltas. “Vivo muito cansada, mas toda a minha vida foi de muito esforço. O colégio é um lugar que eu gosto de estar, porque eu sei que vou aprender e isso pra mim é o que me motiva”, decide.

## **AUTONOMIA**

Dona Mocinha mora sozinha desde quando o seu único filho foi embora para Juazeiro do Norte, há mais de 30 anos. Ela ressalta que a educação sempre foi prioridade e que transferia para ele o sonho que durante toda a vida lhe foi castrado. “Tinha ve- »



“  
O colégio é um  
lugar em que eu gosto de  
estar, porque eu sei que vou  
aprender e isso para mim  
é o que me motiva”,  
diz Dona Mocinha,  
94 anos.

» zes que ele ficava fazendo corpo mole pra estudar. Eu pegava ele pelo braço e jogava na cadeira, daí ficava pastorando ele fazer a tarefa”. Valeu à pena. José Calixto de Sousa, 56, formou-se em Produção Civil pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE).

Dona Mocinha é aposentada e recebe um salário mínimo. Para ganhar um dinheiro extra, precisa lavar roupa por encomenda. A força para trabalhar remete a um passado que viveu em Quixadá, sua cidade natal. “Desde menina eu tinha que trabalhar e isso era o suficiente pro meu pai. Minha mãe vivia doente e não podia empatar quando o meu irmão me surrava, nem quando meu pai me dava puxões de orelha se me visse tentando ler um livro. Cresci sabendo que o trabalho era mais importante que a educação”.

A autonomia veio quando decidiu fugir de casa, aos 25 anos, rumo à capital. Suas únicas profissões em Fortaleza foram como empregada doméstica e lavadeira. “Quando eu tentava estudar nunca dava certo, porque não tinha quem me sustentasse, por isso trabalhava o dia inteiro e nunca dava pra ir à escola”. Após engravidar, a dedicação ao lar foi redobrada e devido aos problemas no relacionamento preferiu viver só com o filho.

Orgulhoso da mãe, Calixto lembra que um dos maiores sonhos de Dona Mocinha era vê-lo forma-

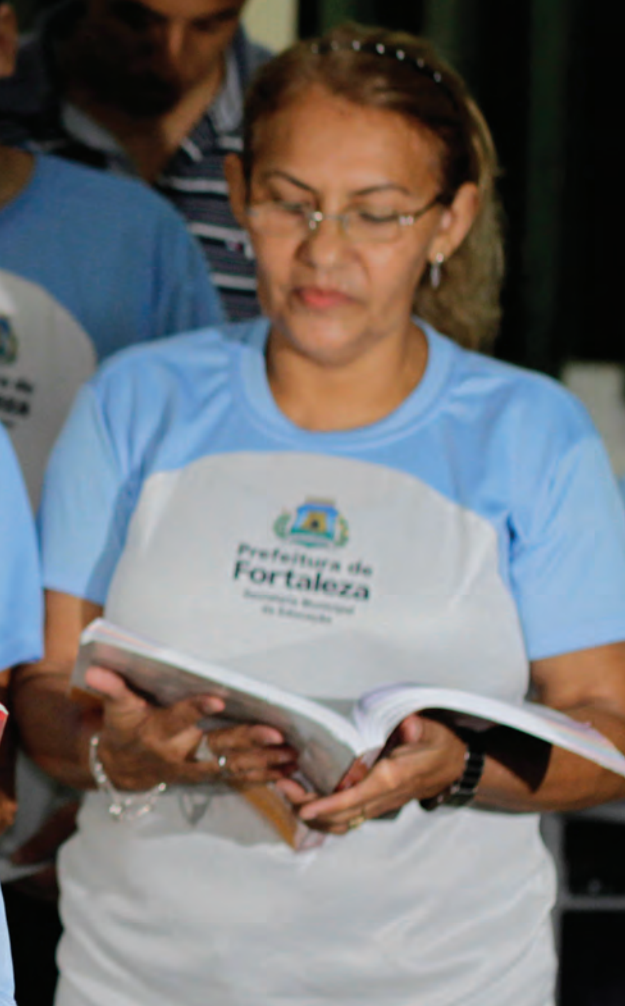
do. “Ela sempre dizia que estava me dando o que não havia recebido quando jovem e eu guardei isso pra mim e fui atrás dos meus objetivos”. É uma satisfação para ele ver que a mãe nunca desistiu de um desejo antigo. “Queria muito que ela viesse morar comigo aqui no Cariri, mas sei que ela ainda tem o sonho de terminar esse curso. Eu acredito nela, pois é muito autônoma”.

## INSPIRAÇÃO

A rotina de estudo para Diana Paula Lima, 29, sempre esteve associada à evasão escolar. A depressão acompanhou a adolescência e o início da fase adulta, e todas as tentativas de retorno à escola foram frustradas pela doença. Já recuperada, aos 25 anos, decidiu voltar aos estudos e é dona Mocinha quem dá força para que continue estudando. “Quando eu pensava em desistir novamente, ela me aconselhava a persistir e acreditar na educação”.

Atualmente Diana está no quinto e último nível da EJA e se forma no fim deste ano.

A paixão pelas letras é uma herança que Daniel Cisne, 22, recebeu dos pais. Ele estuda na mesma turma que dona Mocinha e o afeto pela senhora foi demonstrado num poema que fez como presente de aniversário para ela. “És Maria sem dores, cultivadora de flores de todas as cores, para distribuir



# Mulheres são maioria na EJA

Para elas, mesmo representando um terceiro turno de atividades, a escola ainda parece o caminho para uma vida melhor.

**EM FORTALEZA**, 87 escolas dispõem de aulas para a EJA e beneficiam 13.300 alunos. Cerca de 65% desses estudantes têm entre 18 e 29 anos. Do número total de matriculados, aproximadamente 9.040 são mulheres.

De acordo com o gerente da célula da EJA, da Secretaria Municipal de Educação (SME), Lafaete Almeida, o número crescente de mulheres matriculadas “é um reflexo do que vem acontecendo na sociedade, que é a própria questão da determinação da mulher. Elas, apesar da escola significar um terceiro expediente, mostram uma motivação maior”. Ele afirma que as mulheres encontram na educação um caminho que proporciona melhoria salarial, melhor colocação e destaque no mercado de trabalho.

Segundo o coordenador do Ensino Fundamental da SME, Carlos Eduardo Araújo, os três bairros que mais possuem matrículas são Messejana, Jangurussu e Palmeiras. Ele afirma que na EJA “há uma metodologia que leva em consideração o pensamento freireano, em que se planejam as aulas com base em atividades ancoradas no cotidiano do aluno”.

Para a formação na EJA, o aluno precisa passar por cinco níveis. Cada etapa corresponde a um ano de ensino. A primeira fase equivale à turma do 1º ano, em que o aluno será alfabetizado. Em seguida, o aluno trabalha basicamente com a fluência e o fortalecimento da escrita. Nas EJAs 3 e 4 eles iniciam um trabalho com as áreas do conhecimento, e na quinta etapa, que corresponde ao 8º e 9º anos, há o condensamento de tudo o que foi visto.

A evasão escolar na EJA é marcada por períodos de oscilação. Segundo os dados da SME, em 2008, o número de evasão representava 49,2% do total de matriculados. Em 2011, este número caiu para 45,7%, mas no ano seguinte subiu para 51,4%, diminuindo para 50,5% em 2013. Carlos Eduardo informa que para evitar a evasão na escola, a Prefeitura tem investido em projetos de cuidadores para os filhos dos alunos matriculados e a garantia da lotação de professores.

com seus amores”, diz a poesia. Apesar de todas as dificuldades para se alfabetizar, é com dona Mocinha que o jovem compartilha a vitória de continuar estudando.

Acompanhar a formação de alunos adultos e tornar a aula atrativa é um esforço diário para a professora Joice Garcia. “Como a dona Mocinha começou a estudar já idosa é fundamental ter mais calma, mais cuidado. Ela é bastante atenta e, apesar das dificuldades que tem para aprender, nos dá retornos positivos de sua aprendizagem”. Segundo Joice, existe uma singularidade que a distingue dos outros, “pois ela entende a alfabetização de uma forma pura, que possibilita a integração social, o companheirismo, sem competições. Deparar-me com essa visão é muito inspirador pra mim”, conclui.

As seis netas da idosa já são adultas e estudadas, mas sempre que as vê, dona Mocinha mostra o seu talento e sai lendo tudo o que está a sua frente.

Há ainda quem ousa desconfiar do seu esforço, e para essas pessoas, ela retruca com altivez. “Um dia uma mulher me disse que não adiantava mais estudar, pois eu já estava perto de morrer. Ela nem sabe, mas eu já nem uso mais a digital do dedo, já assinei até meu nome quando votei nas últimas eleições”, declara empolgada.

“Eu respondi que ainda ia viver muito”.

Dona

# EJJA



“

*O que eu trago de Paulo Freire?  
A amorosidade, o respeito. Isso significa  
não tratar o outro como coitado, mas  
como sujeito de direitos.”* EDA LUIZ

## Professora e gestora: a história de quem combinou suas vivências com as histórias de vida dos próprios alunos.

**POR** Paulo de Camargo

**IMAGINE** uma criança que coloca as “alunas” ao seu redor para ensiná-las, já arrebatada pelo sonho de ser professora. Viaje 60 anos no tempo, e irá encontrá-la longe do Itaim, bairro paulistano onde seu avô italiano instalou uma marcenaria. Agora, no momento em que você lê esta matéria, ela está educando gente grande no Capão Redondo, periferia de São Paulo, em um projeto que se tornou referência na Educação de Jovens e Adultos.

Eda viu seu pai arrumar um espaço na oficina para torná-la uma escola improvisada e via sua mãe, que só tinha completado o Ensino Fundamental I, pacientemente dar aulas de reforço para os vizinhos. As aulas aconteciam ali, no quintal, na sala. Eda respirava educação. Portanto, não foi surpresa nenhuma quando se formou em Pedagogia e seguiu carreira.

Curiosa, leitora voraz, Eda sempre se viu educadora. “Eu gosto de gente. Gosto de ouvir suas histórias reais”, conta. E foi esse exercício permanente de escuta e a fé absoluta no diálogo que a aproximou de Paulo Freire, no grupo em que o célebre alfabetizador formou na PUC-SP, nos anos 1980. “O que eu trago de Paulo Freire? A amorosidade, o respeito. Isso significa não tratar o outro como coitado, mas como sujeito de direitos”, lembra.

Aos 67 anos, mudaram muitas coisas na vida da educadora Eda Luiz. Não mudou o sorriso e o otimismo diante de qualquer dificuldade. Acostumada a receber educadores, líderes comunitários, cinegrafistas e jornalistas que vêm conhecer seu trabalho, Eda gosta de dizer que

as portas estão abertas e que basta chegar. Pura verdade. Pode escolher o dia e a hora, em qualquer tempo, a diretora do Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos Campo Limpo, da Prefeitura Municipal de São Paulo, estará acompanhando tudo o que acontece, recebendo seus alunos, ouvindo suas histórias, interessando-se por seu futuro.

Em qualquer horário, também, a escola estará cheia, procurada por um público muito diversificado, que vão de jovens trabalhadores com escolaridade incompleta, gestantes e mães de crianças pequenas (que podem trazer livremente seus filhos para as aulas) e também adultos e idosos que querem aprender.

Para quem teme a “fama” da região, esqueça. O Cieja Campo Limpo é um território de paz, sem problemas de disciplina. Talvez porque tenha sido a própria comunidade da região que lutou para manter o Cieja Campo Limpo quando esteve para ser fechado, há uma década.

Após a mobilização dos alunos e moradores, o então Secretário Municipal, sensibilizado, orientou Eda a transformar sua escola em um programa oficial da administração pública, sancionado pela Câmara dos Vereadores, para ficar imune às transições do poder. E lá foi a educadora escrever um projeto inovador, que reunia as práticas desenvolvidas ao longo de anos e a teoria necessária para ampará-las.

Agora, o Cieja Campo Limpo funciona com estabilidade, tornando-se na prática um centro de referência em um campo ainda carente de parâmetros pedagógicos e estrutura de ensino adequada para mudar de fato a vida do público que atende. Foi na tranquila sala dos professores da escola que Eda Luiz recebeu a revista *Educatrix* para esta entrevista.

### COMO A SENHORA CHEGOU À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS?

**EDA:** A história começou um pouco antes. Magistério, Pedagogia, dei aulas na Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e até de Arte, no Ensino Médio. Acabei na EJA em parte por uma questão de composição da grade de horários, mas o fato é que acabei me apaixonando. Foi no final da década de 1970. Eu dava aulas na EMEF Pracinhos da FEB e fui »

» colaborar no projeto de alfabetização de adultos MOVA, no Jardim Ângela, bairro da periferia de São Paulo. Mas o que me fez decidir mesmo foi um episódio que presenciei. Esta escola era de ensino regular noturno. Quando faltavam 5 anos para eu me aposentar, a Prefeitura anunciou que ela seria transformada em curso supletivo. Nós ficamos incomodados, porque fazíamos um trabalho já diferenciado. Um dia entrei na sala dos professores e os ouvi dizendo que, se o tempo de curso iria diminuir, passariam a escolher os conteúdos na base do u-ni-du-ni-tê. Então, fui procurar ajuda e encontrei Paulo Freire na PUC, discutindo EJA.

## COMO ERAM ESSES ENCONTROS?

**EDA:** Eram reuniões informais, que aconteciam sábado de manhã. As aulas ficavam cheias. Conversávamos muito, de igual para igual. Paulo Freire dizia uma coisa central para quem quer entender EJA. Ele falava: “acredite na EJA. Ela não é reparadora, não vem suprir nada. Tem uma construção própria”. A partir desses encontros, trago de Paulo Freire a amorosidade, o respeito pelas pessoas. Não se pode tratar o outro como coitado, mas sim como sujeito de direitos.

## COMO FOI A SUA CHEGADA NESTA ESCOLA, EM ESPECIAL?

**EDA:** Foi quando surgiu uma possibilidade, com a criação, na administração de Luiza Erundina, do Centro Municipal de Educação Supletiva (Cemes). Começaram a montar o quadro e muitas pessoas disseram para eu me candidatar a ser gestora. Eu não queria. Mas insistiram tanto que me inscrevi e fui selecionada para ser coordenadora pedagógica. Eu queria introduzir muitas inovações e, com o tempo e a saída de outras pessoas, acabei assumindo todo o projeto, tanto na área administrativa como pedagógica. Começamos já com 700 alunos e fomos ampliando. Saiu Erundina, passou Celso Pitta, Paulo Maluf, e não houve nenhuma interferência. Até porque, onde iriam colocar tantos alunos? Com a chegada de Marta Suplicy, vieram novas ideias, no projeto Começar de Novo.

## O QUE ESSAS PROPOSTAS TRAZIAM DE DIFERENTE, DO PONTO DE VISTA PEDAGÓGICO?

**EDA:** Quando a administração de Erundina pensou a Educação de Jovens e Adultos, procurou uma universidade pública, a Unesp, e encomendou apostilas para que os alunos estudassem

onde estivessem e fossem eliminando matérias. Foram feitas 125 apostilas, ao longo de três anos. Para passar de uma apostila a outra, os alunos faziam uma avaliação que durava 10 minutos em um atendimento com cada professor. Como era muito difícil para que estudassem sozinhos, nós passamos a agrupar esses 10 minutos, viabilizando a formação dos primeiros grupos de estudo. Quando entrou Marta, nos tornamos Cieja – o i da sigla correspondia ao itinerário visando ao mercado de trabalho. Nesse momento, já tínhamos uma proposta diferenciada em andamento.

## FOI NESSE MOMENTO EM QUE HOVEU A AMEAÇA DE FECHAMENTO DA ESCOLA?

**EDA:** Sim. Em agosto de 2007, recebemos telefonemas das escolas do entorno, que nos relataram uma consulta da Secretaria da Educação perguntando se poderiam receber nossos alunos. Soube que íamos ser fechados. Bem, eu sou bastante conhecida na região, pois quando viemos para este prédio, me disseram que era louca por me colocar entre duas comunidades rivais em disputa de território. Disseram que nossos alunos iriam se enfrentar aqui dentro. Mas eu trazia uma cultura de participação. Sempre fiz assembleias com alunos e professores. E fizemos a mesma coisa aqui. Deixamos os portões abertos... e deu tudo certo. Bem, como disse, por ter esse respeito da comunidade, chamei todos e disse: vocês é que vão dizer se isso acaba assim ou se vamos lutar. E responderam: vamos lutar!

## E COMO FOI A LUTA?

**EDA:** No dia em que recebemos a visita do Secretário da Educação, chamamos televisão, fizemos faixas, enfim, nos mobilizamos. Ele, então, nos disse: agora não consigo conversar com vocês, mas voltarei em dois dias. Achamos que não daria certo, os alunos ficaram tristes. Mas ele voltou. Era para ficar meia-hora, mas ficou três, escutou os relatos dos alunos, viu o que fazíamos, e sugeriu que escrevêssemos um projeto para tornar o projeto deste Cieja um programa permanente. Fizemos isso. Passamos pela comissão de Justiça, Finanças, enfim, todas. Em 2012, no último ato do governo, nos tornamos um programa, o que nos dá estabilidade, horizonte.

## O QUE DIZ O PROGRAMA? ENFIM, COMO É O FUNCIONAMENTO DESTA CIEJA?

**EDA:** Recebemos alunos a partir de 15 anos; são

jovens que foram excluídos da escola regular, pois tinham o direito de já estar no Ensino Médio. Temos também o jovem que quer se tornar trabalhador. Temos o adulto que volta a estudar, seja para ler a Bíblia, seja para ajudar os filhos ou melhorar de vida. Temos até mesmo uma aluna de 94 anos. Aqui, todos passam por quatro módulos anuais: Alfabetização; Pós-alfabetização; Intermediário e Final. Muitas vezes as pessoas procuram encontrar correspondências desses módulos com os anos da escolaridade, mas não tem nada a ver. Ao concluir os quatro módulos, recebem o grau de conclusão no Ensino Fundamental. Não oferecemos o Ensino Médio, que é uma responsabilidade do Estado.

### TODOS OS ALUNOS FAZEM OS QUATRO MÓDULOS?

**EDA:** Não. Na sua chegada, ele faz um diagnóstico. Se entrar no módulo 1, fica aqui quatro anos. Caso contrário, entra nos módulos mais adequados para sua fase de aprendizagem. A partir daí, participa de encontros durante 2h30 por dia. Veja que não dizemos aulas, mas encontros, que são sempre mediados por professores, a quem chamamos tutores. Cada turma tem, em média, 30 alunos, mas isso não é padronizado. Podemos ter turmas menores na alfabetização, por exemplo. É um ambiente de inclusão, sob todos os sentidos. Para que se tenha uma ideia, temos 285 alunos com deficiências diversas. Somos a escola do »



“

*Temos 285 alunos com deficiências diversas. Somos a escola do Brasil que mais atende a esse público. Não mandamos ninguém embora.”* EDA LUIZ

» Brasil que mais atende a esse público. Não mandamos ninguém embora. Atendemos todos.

### **A SENHORA MENCIONOU OUTRAS ATIVIDADES, ALÉM DOS ENCONTROS. HÁ UMA GRANDE FLEXIBILIDADE, NÃO É?**

**EDA:** Sim, há oficinas acontecendo o tempo todo e abertas aos alunos. Fora dos encontros, podem usar a sala de informática, frequentar encontros de taekwondo, reforço em matemática e português. Nas oficinas de línguas, estamos com turmas de 20 alunos para aprender alemão, espanhol e inglês. Há lugar para qualquer pessoa que chega. Tem um garoto de nove anos, por exemplo. Aqui a mãe pode trazer os filhos, se não tem com quem deixar.

Há muita flexibilidade, pois o aluno de EJA precisa disso, depende do trabalho, tem família. Por isso, pode vir a qualquer hora, independentemente de sua turma. Não temos um diário de classe comum. Temos o que chamamos de passaporte, com a foto do aluno, e a cada vez que ele vem nós rubricamos.

### **E O CURRÍCULO É DIVIDIDO POR DISCIPLINAS? E OS CONTEÚDOS?**

**EDA:** Não. Aqui não temos nada fragmentado. Os alunos passam por áreas do conhecimento. Ficam um mês em cada área, em atividades com começo, meio e fim, em Ciências Humanas: Línguas e Códigos; Ciências do Pensamento (que inclui Filosofia); e Matemática e Arte. Os alunos



“

*Aqui, a mãe pode trazer os filhos se não tem com quem deixar. Há muita flexibilidade, pois o aluno da EJA precisa disso.”* EDA LUIZ

escolhem o que querem estudar, em assembleias. Esse ano, por exemplo, elegeram como eixos o meio ambiente e a qualidade de ensino.

## E COMO CHEGARAM A ESSA FORMULAÇÃO?

**EDA:** Ouvindo os alunos, sempre. Escrevemos também com a ajuda de outros educadores. Mas a maneira como organizamos o trabalho pedagógico aqui é de nossa autoria, ouvindo a comunidade. Há aspectos que são legais, e definidos para todos os Ciejas, como a divisão por área do conhecimento. Mas, a partir daí, há flexibilidade. Muitas vezes ouvi: “mas você quer fazer isso? Não pode!”. Então eu pergunto: onde está escrito que não pode? Lei não é para ser cegamente seguida, mas sim para ser interpretada. No caso das aulas, por exemplo, ouvíamos muito os alunos dizendo que era difícil ficar mudando de assunto a cada 45 minutos. Por isso, optamos por essa abordagem mais completa, que vem dando certo.

## E OS PROFESSORES? COMO SÃO PREPARADOS?

**EDA:** Esse é um ponto muito importante. Temos 36 professores, que escolheram vir pra cá. Não são pessoas que acabaram aqui contra a vontade ou por não ter opção. Em novembro, abrem-se as inscrições para quem quer trabalhar em Ciejas. Fazemos uma avaliação, depois analisamos um projeto de trabalho e também fazemos entrevistas. Todos os docentes têm jornada completa e atuam em dupla docência, ou seja, recebem juntos os alunos que chegam aqui para os encontros de 2h30. O planejamento é comum e acontece todas as sextas-feiras. Temos também um planejamento anual. Há ainda o que chamamos de Diário de Bordo, um registro de tudo o que se está fazendo nas aulas.

## E FORA DA SALA DE AULA, O QUE ACONTECE?

**EDA:** Os alunos fazem pesquisas. Além dos encontros, todos fazem um projeto de intervenção na comunidade. Neste ano, por exemplo, o objeto do trabalho foi a rotatória malfeita, cheia de entulhos, que fica nas proximidades da escola, com muitos acidentes. Os alunos estudam os problemas e buscam viabilizar as soluções. Tudo o que é feito também é registrado.

## POR FIM, E A AVALIAÇÃO?

**EDA:** Há uma ficha de acompanhamento, que o aluno produz junto com os professores. A au-

toavaliação é um componente muito importante do processo, já que o aluno é o protagonista de seu conhecimento. Por fim, no final do semestre, todos juntos realizam o que chamamos de Mapeamento, uma avaliação conjunta de tudo o que aconteceu.

## A IDEIA DA PARTICIPAÇÃO E DO PROTAGONISMO PERMEIA TUDO, NÃO É?

**EDA:** Claro. Por isso, fazemos assembleias para tudo, conforme a necessidade, desde o uso de verbas até a discussão de diferentes ocorrências. Por exemplo, você pode ver que não usamos materiais descartáveis aqui. Foi uma decisão de assembleia. Por isso, não tenho problema de indisciplina. Com o acolhimento que fazemos, desde a escola aberta até ele entrar no lugar onde é bem-recebido, conseguimos mostrar a importância do conhecimento na vida dele para suas próprias escolhas. É isso o que faz com que sejamos diferentes. Neste ano, por exemplo, o que está me tirando o sono são os adolescentes. A EJA não tem perfil para o adolescente, mas possui um terço dos alunos nesta faixa. Eles chegam pela Fundação Casa (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente) ou por causa da expulsão de outra escola. Nosso movimento agora é o de buscar uma identificação. Por isso, semanalmente me reúno com esses jovens para perguntar o que querem desta escola.

## A SENHORA DISSE QUE APRENDEU COM PAULO FREIRE QUE EJA TEM SUA PRÓPRIA IDENTIDADE. E QUAL É?

**EDA:** É aquilo que torna a EJA apaixonante: o desafio de reunir os saberes populares com os saberes cultos, ou melhor, com os saberes sistematizados. Eu gosto de gente, gosto de ouvir suas histórias. Isso é muito presente aqui. Damos voz às pessoas para que elas percebam que também trazem saberes e todos podem aprender juntos, em um movimento de troca e de diálogo. ●

### PARTICIPE:

- **E você, tem ou conhece uma história inspiradora na formação da EJA?**
- Compartilhe com a gente!**
- Envie sua história para:**
- [educatrix@moderna.com.br](mailto:educatrix@moderna.com.br)**



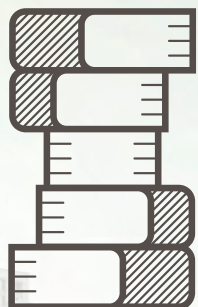
**Vozes de Valor**

Educação de Jovens e Adultos

Parceria, acompanhamento e formação



[www.moderna.com.br/eja](http://www.moderna.com.br/eja)



# CLUBE DO LIVRO DA EJA

## É hora de renovar sua biblioteca da EJA!

Educador, participe de nossos concursos especiais.  
Você pode ganhar livros sobre EJA de grandes especialistas.

Concorrer é simples! Basta curtir nossa página  
no Facebook e ficar ligado quinzenalmente nas  
postagens identificadas com **#VozesDeValor**.

Convide toda sua equipe para participar  
e terem mais chances de ganhar!

**Serão centenas de livros para formação da EJA!**

Válido entre out/15 e fev/16.



[facebook.com/editoramoderna](https://facebook.com/editoramoderna)

Canal de atendimento gratuito  
**0800 17 2002**

 **MODERNA**  
TRADIÇÃO E PIONEIRISMO QUE VOCÊ CONHECE

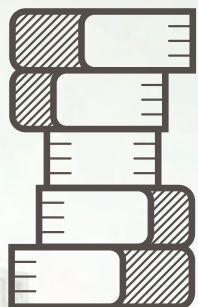


# Vozes de Valor

Educação de Jovens e Adultos

Parceria, acompanhamento e formação





# CLUBE DO LIVRO DA EJA

MKT • MODERNA

## É hora de renovar sua biblioteca da EJA!

Educador, participe de nossos concursos especiais.  
Você pode ganhar livros sobre EJA de grandes especialistas.

Concorrer é simples! Basta curtir nossa página  
no Facebook e ficar ligado quinzenalmente  
nas postagens com a **#VozesDeValor**.

Convide toda sua equipe para participar  
e terem mais chances de ganhar!

**Serão centenas de livros para formação da EJA!**

Válido entre out/15 e fev/16.



[facebook.com/editoramoderna](https://facebook.com/editoramoderna)



 **MODERNA**  
TRADIÇÃO E PIONEIRISMO QUE VOCÊ CONHECE



# A Educação de **Adultos** como Direito Humano

Educar jovens e adultos não se trata de recuperar o tempo perdido repetindo-se o modelo da escola regular, mas sim de ressignificar o ato de ensinar e aprender.

POR *Moacir Gadotti*  
Presidente de Honra do  
Instituto Paulo Freire e  
Professor Titular  
aposentado da USP

A **SEXTA** edição da Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinte VI) foi organizada pela Unesco, em Belém, capital do Pará, em 2009. A Confinte VI tem por objetivo a promoção da educação de adultos como política pública no mundo. Pela primeira vez ela aconteceu no Hemisfério Sul, no país de Paulo Freire e na Amazônia, que abriga a maior floresta do mundo, a “pátria das águas”, na expressão do poeta Thiago de Mello, que nos ensina uma grande lição: a do rio Amazonas, que nasce de outros rios. Lição de “saber seguir junto com outros sendo, e noutros se prolongando, e construir o encontro com as águas grandes do oceano sem fim” (Mello, 2007: 28).

Esta conferência foi preparada pelos países que compõem a Organização das Nações Unidas (ONU) e por organizações da sociedade civil, como o Conselho Internacional de Educação de Adultos, conhecido por sua sigla em inglês, ICAE (International Council of Adult Education). O ICAE, a maior organização mundial de Educação de Adultos, preparou um documento de incidência da sociedade civil (ICAE, 2009), no qual sustenta que a educação de adultos é um “direito humano fundamental” e deve ser entendida como “crucial” na superação da pobreza e da exclusão social.

É sobre a tese sustentada pelo ICAE de que a educação de adultos deve ser considerada como “direito humano” que gostaria de me deter neste artigo. Utilizamos a expressão “Educação de Jovens e Adultos”, ou simplesmente EJA, quando nos referimos a essa modalidade da Educação Básica, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996.

## UMA VISÃO AMPLIADA DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Para nós, direitos humanos são aqueles direitos que garantem a dignidade da pessoa, independentemente de sua condição de classe social, de etnia, de gênero, de orientação sexual e de opção política, ideológica e religiosa. A educação de adultos como direito humano decorre do reconhecimento da educação em geral como direito humano, consagrado no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, como direito de todos ao “desenvolvimento pleno da personalidade humana” e como uma necessidade para fortalecer o “respeito aos direitos e liberdades fundamentais”.

A Confinte V, realizada em Hamburgo, na Alemanha, em 1997, consagrou a tendência do estabelecimento de parcerias entre governos e sociedade civil. Ela mesma não teria tido a importância e o êxito que teve sem essas parcerias. O processo de preparação desse evento foi possível graças à participação de inúmeras redes, fóruns, movimentos e ONGs que se articularam em torno dos seus objetivos.

Qualquer visão prospectiva hoje, no campo da educação de adultos, deve levar em conta as numerosas lições deixadas pela Confinte V em seu documento final, conhecido como *Declaração de Hamburgo*. Essa declaração entende a educação de adultos como aquela que “engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, em que pessoas consideradas

‘adultas’ pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade”. (*apud* Romão; Gaddoti, 2007: 128). Entre essas lições, podemos destacar:

- A** Reconhecer o papel indispensável do educador bem formado;
- B** Reconhecer e reafirmar a diversidade de experiências;
- C** Assumir o caráter público da educação de adultos;
- D** Ter um enfoque intercultural e transversal;
- E** A importância da educação de adultos para a cidadania, o trabalho e a renda numa era de desemprego crescente;
- F** Reconhecimento da importância da articulação de ações locais;
- G** Reconceituar a educação de adultos como um processo permanente de aprendizagem;
- H** Reafirmar a responsabilidade inegável do Estado diante da educação de adultos;
- I** Fortalecer a sociedade civil;
- J** Reconhecer a educação de adultos como uma modalidade da Educação Básica;
- K** Resgatar a tradição de luta política da educação de adultos pela democracia e pela justiça social.

Doze anos depois, o *Marco de Ação de Belém*, documento que traz as recomendações aprovadas pela Confinte VI, reafirma os compromissos de Hamburgo, repõe a perspectiva de entendimento da defesa da educação de pessoas jovens e adultas como sujeitos de direitos e reconhece a diversidade e pluralidade que compõem os sujeitos que demandam educação de adultos. Este documento apresenta recomendações importantes sobre questões que são consideradas essenciais para o desenvolvimento da EJA no Brasil, entre elas, a necessidade de promover e apoiar a cooperação intersetorial e interministerial e a importância de desenvolver a educação de jovens e adultos na perspectiva da educação e da aprendizagem ao longo da vida.

Entretanto, a Confinte VI não reconheceu a educação de adultos como “direito humano”, como queria o ICAE, mas apenas como “direito social”. Segundo o então coordenador-geral da Ação Educativa, Sérgio Haddad (2009), “a diferença é que, se fosse considerada um direito universal do homem, poderia dar origem a processos judiciais dentro dos países que não a assegurassem”. Seja qual for o nome que dermos a esse direito – “direito humano”, “direito social”, “direito universal” ou “direito de cidadania” – como toda educação, essa modalidade da Educação Básica deve ser para todos e de qualidade social.

## O ANALFABETISMO COMO NEGAÇÃO DE UM DIREITO

Paulo Freire fundamentava a sua teoria do conhecimento e seu método pedagógico numa antropologia que considera o ser humano como incompleto, inconcluso e inacabado. Sua vocação ontológica é “ser mais”, dizia ele (FREIRE, 1970). É nessa antropologia que podemos fundamentar a educação de adultos, e toda educação, como um direito humano, já que todo ser humano busca completar-se e, para isso, precisa ler o »



» mundo, construir conhecimento e aprimorar-se. Reconhecer a educação de adultos como direito humano implica considerar todas as pessoas como capazes de produzir conhecimento, produzir cultura e, por meio dela, transformar a natureza e organizar-se socialmente.

A educação, independentemente da idade, é um direito social e humano. Muitos jovens e adultos de hoje viram esse direito negado na chamada “idade própria” e negar uma nova oportunidade a eles é negar-lhes, pela segunda vez, o direito à educação. O analfabetismo de jovens e adultos é uma deformação social inaceitável, produzida pela desigualdade econômica, social e cultural. Há ainda um agravante neste caso: muitos programas de alfabetização ainda não atendem às necessidades específicas de cada segmento da população: indígenas, negros, mulheres, deficientes, camponeses etc., não levando em conta as culturas e as linguagens locais.

Muitas políticas públicas encaram o combate ao analfabetismo como um custo e não como um investimento, não levando em conta que o analfabetismo tem um impacto não só individual, mas também social: na saúde, no trabalho, na participação cidadã, na produtividade e no desenvolvimento da sociedade. Quanto mais estudada é uma pessoa, menos pobre ela é. Segundo Amartya Sen (2003: 20-30), prêmio Nobel de Economia, a alfabetização de adultos tem, entre outras virtudes, a capacidade de promover a “segurança humana”, e isso acontece, segundo ele, por diversas razões:

- A** Porque o analfabetismo é uma forma de insegurança;
- B** Porque a pessoa alfabetizada tem melhores chances de emprego, tem mais capacidade de defender seus direitos e participar da vida social e política;
- C** Porque a alfabetização pode ajudar no combate ao sectarismo. Não existe no Brasil ainda capacidade instalada suficiente para atender toda a demanda de milhões de analfabetos (sem contar o analfabetismo funcional). Neste momento, não bastariam mais recursos. É preciso garantir um financiamento permanente à Educação de Jovens e Adultos. A agenda do combate ao analfabetismo deve ser uma agenda educativa permanente e sustentada, para além de partidos e governos. O analfabetismo não é apenas um problema, um desafio; é também uma oportunidade de investimento. É estratégico investir na alfabetização de adultos para desenvolver um país. Se o Estado ajudar no início da sua formação, o próprio analfabeto acaba financiando seu custo posterior. É uma vergonha que estejamos ainda discutindo o custo do analfabetismo.

A Educação de Jovens e Adultos deve deixar de ser um gueto para tornar-se uma política pública, uma modalidade da Educação Básica, de fato, como está escrito no Plano Nacional de Educação. Precisamos tornar a EJA parte integrante do sistema educativo e superar a atual falta de profissionalização da área. Os analfabetos guardam uma experiência negativa da escola e reincluí-los nela exige a adoção de metodologias e práticas educacionais e culturais que não reproduzam os erros cometidos antes, na escola que frequentaram e da qual foram expulsos. Se a alfabetização começar em espaços da própria

comunidade, pode ter um melhor início, como ocorre hoje no Programa MOVA-Brasil. E, é claro, o objetivo de um programa de alfabetização de adultos deve ser também o de inserir o aluno alfabetizado no sistema escolar.

## POLÍTICAS ESTRUTURANTES DE LONGO PRAZO

A educação é um direito humano porque ela é necessária para a sobrevivência do ser humano. Para que ele não precise inventar tudo de novo, necessita apropriar-se da cultura, do que a humanidade já produziu. Se isso era importante no passado, hoje é ainda mais decisivo numa sociedade baseada no conhecimento.

O direito à educação não se limita às crianças e jovens. A partir desse conceito, devemos falar também de um direito associado – o direito à educação permanente – em condições de equidade e igualdade para todos e todas. Como tal, deve ser intercultural, garantindo a integralidade e a intersectorialidade. Esse direito deve ser garantido pelo Estado, estabelecendo prioridade à atenção dos grupos sociais mais vulneráveis. Para o exercício desse direito, o Estado precisa aproveitar o potencial da sociedade civil na formulação de políticas públicas de educação e promover o desenvolvimento de sistemas solidários de educação, centrados na cooperação e na inclusão. Como afirma István Mészáros (2005: 65), “o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente”. Para István Mészáros, é preciso desenvolver novas formas de educação que recuperem o sentido mesmo da educação, que é conhecer a si mesmo e ser melhor como ser humano, aprendendo por diferentes meios, formais e não formais.

No documento de incidência da sociedade civil do ICAE há um apelo aos Estados para superar e ir além das iniciativas baseadas em alfabetização a curto prazo e campanhas pós-alfabetização, através de políticas e programas de longo prazo, intersectoriais e integrais, que promovam ambientes de alfabetização e de aprendizagem sustentados (ICAE, 2009: 3).

É dentro desse referencial que devemos entender a educação de adultos como direito humano no Brasil. Melhorou o acesso à escola, mas subsiste o problema da qualidade. A educação não está contribuindo para a redução da desigualdade. Ao contrário, ela a reforça e a perpetua, como mostram os dados da Cepal, da Unesco e da Orealc. Uma boa notícia é a vinculação cada vez maior da educação de adultos com as áreas da saúde, família, cidadania e economia solidária. Mas a nossa grande debilidade continua sendo a questão do financiamento e também do monitoramento e da avaliação.

Os desafios são enormes, como demonstrou Rosa Maria Torres em sua palestra na Conferência regional da América Latina e Caribe sobre alfabetização e preparatória para a Confitea VI, realizada na cidade do México em setembro de 2008. Para ela, falta reconhecer a educação de adultos como »



» direito à educação tanto na sua aceitabilidade quanto na sua adaptabilidade, acessibilidade e disponibilidade (oferta). Precisamos, segundo ela, mudar a visão do sujeito da educação de adultos. Ele não é carente e vulnerável, mas sujeito de direitos, sujeito que não é ignorante, que sabe criar saberes, que sabe muitas coisas, como seus saberes essenciais à vida humana e à conservação do planeta. As palavras de Rosa Maria Torres, naquela memorável conferência, foram muito aplaudidas pelos educadores populares: “devemos voltar a pensar em termos de luta, como queria Paulo Freire. Devemos resgatar o caráter participativo, alternativo, alterativo e contestador da Educação Popular. Toda educação é política”. Ela retomou a necessidade de “revitalizar o espírito da educação popular” também no Relatório Síntese Regional da América Latina e Caribe, preparado para a Confitea VI: “está claro que a educação em si e por si só não trará as mudanças econômicas mais equitativas e justas. Renovar as estratégias implica renovar a visão e renovar o esforço” (Torres, 2009: 90).

## EDUCAR PARA OS DIREITOS HUMANOS

É fundamental que os conteúdos, os materiais e as metodologias utilizadas levem em conta os direitos humanos e os programas propiciem um ambiente capaz de vivenciá-los.

A educação de adultos é o espaço da diversidade e de múltiplas vivências, de relações intergeracionais, de diálogo entre saberes e culturas. Educar para os direitos humanos implica uma relação dialógica entre educador e educando, respeito aos múltiplos saberes e uma escuta permanente e atenta dos anseios e sonhos do outro.

Ao lado da diversidade está também a desigualdade que atinge a todos, sobretudo num país injusto como o nosso: negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços, mulheres, homens, jovens, adultos, idosos, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, agricultores, pantaneiros, camponeses, sem terra, sem teto, sem emprego... das periferias urbanas e dos campos. A diversidade pode ser considerada como uma grande riqueza, mas a desigualdade social e econômica é a nossa pobreza maior.

O mapa do analfabetismo é o mesmo mapa da pobreza, em que falta tudo, não só acesso à educação. Por isso, a luta pelo direito à educação não está separada da luta pelos demais direitos. E não basta oferecer um programa de Educação de Adultos. É preciso oferecer condições de aprendizagem, transporte, locais adequados, materiais apropriados, muita convivência e também bolsas de estudo. Há, em nosso país, muitas bolsas para pós-graduados que se dedicam, exclusivamente, aos estudos, e nenhum auxílio para os analfabetos que precisam trabalhar para se sustentar e enfrentam as piores condições de estudo.

Crianças, jovens e adultos podem aprender juntos muitas coisas. A idade não é o único critério para organizar as aprendizagens. Todos aprendem juntos, “mediados pelo mundo”, dizia Paulo Freire. Não devemos estabelecer limites entre o escolar, o não escolar, o formal, o informal e o não formal. Devemos criar comunidades de aprendizagem em que todos aprendem

juntos, independentemente da idade, sem segmentação, mas articuladamente. Trata-se de aprender para a vida e para o bem viver. A meta não deve ser mais declarar o Brasil um país livre do analfabetismo, mas universalizar a Educação Básica.

## A EJA E A EDUCAÇÃO POPULAR

Tenho defendido uma Política Nacional de Educação Popular de Jovens e Adultos. E isso já fazemos na prática. A Educação Popular já está presente na maioria dos programas dessa modalidade da Educação Básica. O próprio Documento Nacional Preparatório do Brasil para a Confitea VI, uma referência para a construção da política nacional de educação de jovens e adultos, reconhece essa realidade: “tomando como base a referência da Educação Popular, a EJA, historicamente, tem-se caracterizado por articular processos de aprendizagem que ocorrem na escola, segundo determinadas regras e lógicas do que é saber e conhecer, com processos que acontecem com homens e mulheres por toda a vida – em todos os espaços sociais, na família, na convivência humana, no mundo do trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, em entidades religiosas, na rua, na cidade, no campo, nos movimentos sociais e da sociedade civil, nas manifestações culturais, nos ambientes virtuais multimídia etc., cotidianamente, e o tempo todo. A EJA deve perceber esses processos tão presentes no cotidiano, revelando-os por meio de estratégias didáticas que valorizem esses aprendizados. São frutos da experiência e da ação inteligente de sujeitos no mundo, segundo a ordem de necessidade e expectativa em relação ao que se quer ou se precisa aprender” (BRASIL/MEC/SECADI, 2009: 32-33).

A educação de adultos precisa estar articulada com a educação profissional, como prevê o Plano Nacional de Educação. O mundo do trabalho hoje está exigindo cada vez mais uma formação geral dos trabalhadores. Por isso, toda qualificação profissional deve também ser uma qualificação social. Não pode ser puramente treinamento profissional. A qualificação deve incluir tanto habilidades básicas – como conhecimentos essenciais para o exercício da cidadania e do trabalho, comunicação, leitura e escrita, compreensão de textos, segurança no trabalho, direitos humanos – quanto habilidades específicas, exigidas para as ocupações a serem trabalhadas, inclusive habilidades de gestão (autogestão) para o bom desempenho do empreendimento.

O Brasil precisa de uma nova política nacional de educação de jovens, adultos e idosos que tenha a Educação Popular como referência. Essa nova política de EJA teria como objetivo principal superar a perspectiva restrita de uma simples e apressada alfabetização de rudimentos do ler-e-escrever, encaminhando-se na direção da consolidação de uma política pública que de fato incluía a alfabetização no âmbito de uma Educação de Jovens e Adultos que incluía entre seus princípios a gestão democrática, a organização popular, a participação cidadã, a conscientização, o diálogo, o respeito à diversidade, a cultura popular, o conhecimento crítico e uma perspectiva emancipatória da educação.



# SOLUÇÕES MODERNA

RESULTADOS QUE TRANSFORMAM

Materiais que enriquecem o trabalho com os livros didáticos para que a rede municipal de ensino ofereça aulas mais eficientes.



professores mais engajados



materiais focados na aprendizagem dos alunos



ótimos resultados na Prova Brasil e nos exames estaduais e nacionais

## APROVA BRASIL

Desenvolvendo habilidades de leitura e resolução de problemas



Para não errar!  
Folha de respostas para treinar gabarito.

Avaliações familiarizam os alunos à linguagem dos exames.

Conteúdos que mapeiam as habilidades da Matriz do Saeb.

Ensino Fundamental I

4º E 5º ANOS



Propostas conectadas com a realidade dos exames.

Trabalho com textos praticados socialmente.

Conteúdos baseados nas matrizes da Prova Brasil.

Ensino Fundamental II

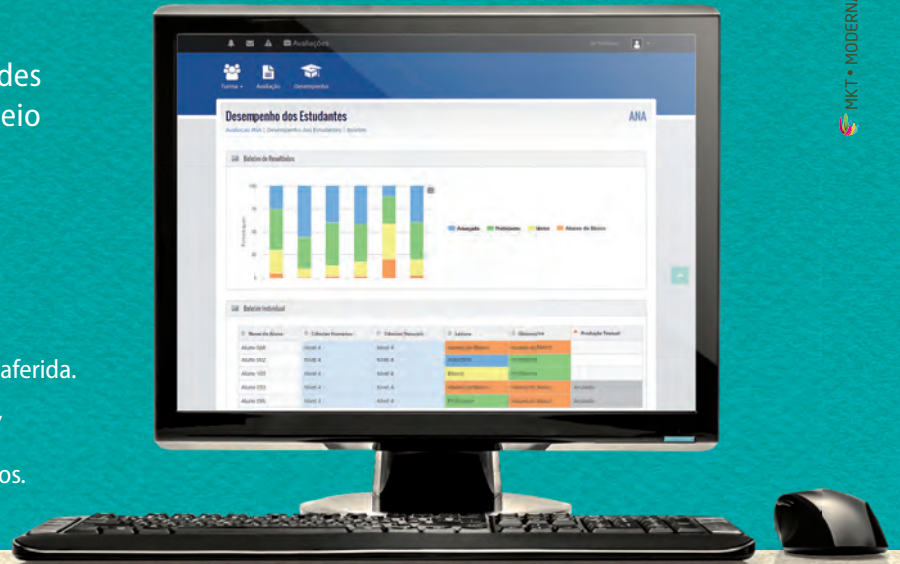
8º E 9º ANOS

#EDUCAÇÃO DE RESULTADO

# Plataforma AprovaModerna

A plataforma **AprovaModerna** é uma ferramenta que auxilia na análise pedagógica das habilidades dos alunos em avaliações por meio do acesso a informações como:

- O percentual de acertos dos alunos (divididos por níveis).
- O percentual de acerto por questão.
- O percentual de acerto por habilidade aferida.
- A análise pedagógica de cada questão, com informações que auxiliam no diagnóstico dos tipos de erros cometidos.

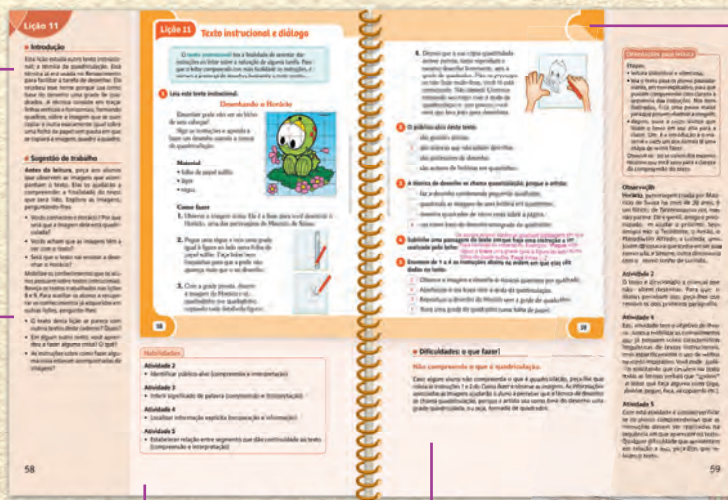


## MATERIAL PARA O professor

O Guia traz diretrizes didáticas sobre como aplicar cada lição em sala de aula para auxiliar a atuação do professor nos dois níveis de ensino.

Apresentação do tema trabalhado.

Sugestão de atividades para ampliação do trabalho.



O caderno do aluno apresentado de forma reduzida facilita a visualização das sugestões nas laterais.

Quadro de acompanhamento

Registro dos resultados individuais dos alunos para verificar seu desenvolvimento.

Descrição das habilidades desenvolvidas.

Orientações para auxiliar alunos com dificuldade.

# AVALIAR DIVERSIDADE

A questão da avaliação na EJA está comprometida com o projeto dessa ação educativa, traduzindo-se por três focos: avaliação da aprendizagem em cursos presenciais, avaliação para a certificação de conclusão do Ensino Fundamental e Médio; avaliação de larga escala.

ARTIGO *Cipriano Luckesi*

**INICIEMOS** por compreender o ato de avaliar; importa que tenhamos clareza e precisão em torno de alguns conceitos básicos a respeito desse ato.

Avaliar, epistemologicamente, é “investigar a qualidade da realidade”, o que implica em dois passos essenciais em toda e qualquer investigação: descrever a realidade e, a seguir, revelar seu significado. Não existe investigação sem descrição da realidade, seja na ciência ou na avaliação; na avaliação, tendo em vista assentar a qualificação dos resultados a partir de dados objetivos, e não a partir de opiniões subjetivas.

Aplicando esse conceito na prática da avaliação da aprendizagem – que é o que nos interessa, abordando a Educação de Jovens e Adultos – necessitamos, então, de nos servirmos dos seguintes passos:

- 1 Coleta de dados sobre o desempenho dos estudantes;
- 2 Qualificação do seu desempenho.

»





Na prática de ensino devemos ensinar um determinado conteúdo, com linguagem e metodologia apropriadas e também solicitar em nossos instrumentos de coleta de dados nada mais do que isso.”



» Para a coleta de dados, necessitamos de instrumentos que sirvam de mediadores em nossa observação e consequente descritiva da realidade. Nem sempre, devido às limitações de nossa capacidade de observar, conseguimos nos aperceber de todas as nuances. Os instrumentos de coleta de dados nos auxiliam na tarefa de garantir objetividade em nossos ajuizamentos da realidade.

Como as práticas avaliativas que serão tratadas neste texto – avaliação da aprendizagem, avaliação para certificação e avaliação de larga escala sobre o desempenho dos estudantes – estão centradas sobre o desempenho dos alunos, vamos nos referir aos instrumentos de coleta de dados que possibilitem sua qualificação.

Existirão outros âmbitos da avaliação em educação, que exigirão outros tipos de instrumentos de coleta de dados, tais como as condições das instituições de ensino, assim como dos sistemas municipais, estaduais ou federais de ensino. Como nosso foco não está voltado para esses objetos de

investigação, centraremos nossa atenção nos instrumentos de coleta de dados sobre desempenho dos estudantes em sua aprendizagem.

Um instrumento de coleta de dados para a avaliação do desempenho do estudante em sua aprendizagem (teste, prova, redação) necessita ser construído com um certo rigor metodológico. Para tanto, alguns requisitos precisam ser levados em conta:

- A Sistematicidade, ou seja, o instrumento de coleta de dados deve conter questões que cubram todos os conteúdos essenciais ensinados, nem mais, nem menos do que o essencial planejado e efetivamente ensinado;
- B Deve ter linguagem compreensível, isto é, importa que o estudante compreenda o que estamos perguntando e, se não compreender, devemos esclarecer-lhe; ninguém consegue responder o que não compreende;
- C Deve se pautar na compatibilidade entre ensinado e aprendido, ou seja, leva-se em conta o mesmo conteúdo ensinado (deseja-se saber se

o educando aprendeu o que foi ensinado, e não outra coisa); o nível de dificuldade (as questões são formuladas com o mesmo nível de dificuldade com o qual ocorreu o ensino, nem mais fácil, nem mais difícil); o nível de complexidade (as perguntas têm o mesmo nível de complexidade com a qual os conteúdos foram ensinados; nada de ter ensinado simples e, agora, perguntar complexo); a compatibilidade de metodologia (se ensinou história por relações de produção, pergunta-se por relações de produção; se essa matéria foi ensinada por acontecimentos, pergunta-se por acontecimentos);

- Manifesta precisão, isto é, importa que professor e estudante tenham compreensão equivalente de uma determinada pergunta; caso a formulação da questão apresente dubiedade, não se saberá em relação a que o estudante a respondeu.

Sem esses requisitos mínimos, o instrumento de coleta de dados nos enganarão. Os alunos deverão expressar sua aprendizagem dos conteúdos da forma como ensinamos, e não da forma como, por vezes, gostaríamos, por variadas razões, de perguntar. Na prática de ensino devemos ensinar um determinado conteúdo, com linguagem e metodologia apropriadas e também solicitar em nossos instrumentos de coleta de dados nada mais que isso.

Elaborado um instrumento de coleta de dados com esses requisitos metodológicos, aplicados e corrigidos, temos a descritiva dos resultados obtidos. Então, num segundo passo do ato de avaliar, importa qualificar os resultados obtidos.

A qualificação ocorre pela comparação entre os resultados do desempenho apresentado pelo estudante e o padrão (critério) de qualidade, que está estabelecido no currículo e no plano de ensino, que deve ter guiado o ato pedagógico em sala de aula. Essa comparação permite saber se os resultados obtidos pelo estudante são satisfatórios ou não, isto é, se eles preenchem o padrão de qualidade desejado, ou não.

Se preenchem, atribuiremos aos resultados a qualidade de “satisfatórios”; em caso contrário, serão considerados “insatisfatórios”, o que implica em mais investimentos na busca por resultados satisfatórios.

Desse modo, a avaliação é a parceira do gestor de qualquer atividade em sua busca de sucesso. Ela revela a qualidade da realidade, mas quem toma as decisões sobre ela é o gestor.

## ÂMBITOS DA AVALIAÇÃO NA EJA

O âmbito da educação em torno do qual exporemos a configuração dos atos avaliativos é a

Educação de Jovens e Adultos. Para tanto, necessitaremos criar um contorno dessa fenomenologia, de tal forma que possamos ter clareza do que estamos tratando.

A EJA é compreendida pela educação institucional que atende jovens e adultos que, por alguma razão, não participaram das atividades pedagógicas escolares na idade considerada adequada. Essa é uma questão que, praticamente, sempre esteve presente na história nacional.

Em sua chegada à recém-descoberta terra do Brasil, os jesuítas se defrontaram com nativos que não possuíam as habilidades de leitura e escrita, recursos necessários para o ensino e aprendizagem da catequese. As carências dessas habilidades atravessaram nossa história, marcando grandes contingentes populacionais.

Somente a partir dos anos 1930, com a chegada do período de industrialização, é que se pode falar, propriamente, do início dos investimentos nessa área da educação. É a partir desses anos que a Educação de Jovens e Adultos manifesta seus primeiros indícios de uma expressão minimamente organizada nestas terras.

A característica predominante desse âmbito de educação, ao longo do tempo, teve uma conotação socialmente compensatória. Só a partir de anos recentes, já no seio do século XXI, ela vem sendo concebida como direito de todos os cidadãos brasileiros, incluindo aqueles que, por alguma razão, ficaram fora da escola ou dela tiveram de se ausentar.

Em 1947, já pós-Estado Novo, a Educação de Jovens e Adultos tomou uma forma mais organizada, através da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), que fora extinta no início dos anos 1960, sem cumprir o seu objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil. Em 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, assentado sobre as propostas de Paulo Freire, que previa práticas de alfabetização disseminadas por todo o país. O Plano foi abortado pelo Golpe Militar ocorrido no final do mês de março desse mesmo ano. Em 1967, no seio do Governo Militar, foi criado o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que assumiu a alfabetização de jovens e adultos, expandindo suas atividades para todo o território nacional.

Em 1971, em substituição ao modelo de certificação de jovens e adultos através dos Exames de Madureza, a Lei 5692/71 implantou os Exames Supletivos, como também estabeleceu a criação dos Centros de Ensino Supletivo (que foram implantados a partir de 1974), cujo objetivo era propiciar cursos presenciais para atendimento de jovens e »

» adultos. Esses cursos ofereciam condições de ensino e aprendizagem dos conteúdos curriculares, mas não certificavam a conclusão desses estudos. A titulação só poderia ser obtida através dos Exames Supletivos, realizados de modo semestral ou anual, em conformidade com decisões administrativo-pedagógicas de cada Estado da Federação.

Nos anos 1980, com a abertura política, os projetos de alfabetização desdobraram-se em turmas de pós-alfabetização, chegando, em 1985, à extinção do Mobral e à ocupação do seu espaço pela Fundação Educar, com o objetivo de apoiar ações governamentais, de entidades civis e também de empresas na Educação de Jovens e Adultos. O modelo foi desfeito no início do Governo Collor, em 1992, sem ter cumprido suas finalidades.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação dedicou dois artigos à Educação de Jovens e Adultos (art. 37 e 38), reafirmando o preceito constitucional da obrigatoriedade e da gratuidade da oferta da educação para todos que não tiveram seu acesso na idade própria.

No ano 2000, tendo por base a história da Educação de Jovens e Adultos em nosso país, conferências internacionais sobre o tema e movimentos internos de democratização e equalização social, foi aprovado o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Nesse contexto, a EJA já não fora mais assumida como uma atividade socialmente compensatória, e sim como uma atividade com o objetivo próprio, conforme estabelecido na Lei 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. É nessa etapa histórica que estamos vivendo no presente momento, com diretrizes curriculares próprias, traduzidas em matrizes-guias tanto para o ensino quanto para as práticas avaliativas.

Essa nova configuração da Educação de Jovens e Adultos exigia e exige práticas avaliativas próprias desse projeto.

## **AVALIAÇÃO NA EJA**

De início, importa sinalizar que os atos avaliativos, quando incidentes sobre resultados de uma ação, não atuam de forma independente, o que significa que atuam atrelados às configurações do próprio projeto ao qual servem.

No caso da EJA, as Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB nº 11/2000) geram projetos curriculares, que sustentam as matrizes curriculares que, por sua vez, orientam tanto o ensino presencial de jovens e adultos, como sua prática de avaliação da

aprendizagem, as provas de certificação, como o Enceja (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos); e também determina a avaliação de larga escala nesse âmbito de educação.

Então, para compreender a prática da avaliação na Educação de Jovens e Adultos, importa que tanto as instituições educativas como os profissionais que atuam nessa área configurem todos os seus atos, tendo em vista atender aos parâmetros curriculares e aos atos pedagógicos normatizados, no âmbito nacional, pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação (MEC), e, articuladamente traduzidos, no âmbito dos estados federados, pelos Conselhos Estaduais de Educação e respectivas Secretarias Estaduais de Educação.

Como em todo e qualquer projeto de ação, uma prática educativa só pode ser aquilataada pelos seus resultados. Existe uma afirmação que expressa bem essa compreensão ao afirmar que “pelos frutos, conhecereis a árvore”. Isto é, um senso da qualidade da EJA em nosso país só nos poderá chegar através da qualidade dos seus resultados. E, para que essa qualidade se revele, necessitamos dos recursos da avaliação.

Do lado, os conteúdos – que servirão de pano de fundo e base para a elaboração de instrumentos de coleta de dados para a avaliação da aprendizagem, e que também serão utilizados como critérios de qualificação do desempenho dos estudantes – têm a ver com o currículo adotado por essa modalidade, traduzido em planos de ensino para o cotidiano.

Assim, três são as modalidades de práticas avaliativas na Educação de Jovens e Adultos:

- 1 A avaliação da aprendizagem nas atividades educativas presenciais, que tem por objetivo auxiliar o professor a garantir a efetividade de sua ação;
- 2 A avaliação para a certificação de competências, praticada pelo Enceja;
- 3 A avaliação de larga escala, que revela a situação educativa de jovens e adultos no país como um todo.

## **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NAS ATIVIDADES PRESENCIAIS DE ENSINO**

Para a avaliação da aprendizagem nas atividades presenciais de ensino na Educação de Jovens e Adultos, os procedimentos metodológicos serão praticados pelo professor em sala de aula, isto é, praticar a investigação da qualidade do desempenho dos estudantes em suas aprendizagens, norteados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, que também



A avaliação norteia o investimento do educador no estudante para que este possa exercer sua cidadania.”



devem orientar a prática de ensino em sala de aula, o que implica em três passos sucessivos:

- 1 Descrever a realidade do desempenho dos estudantes;
- 2 Qualificar esse desempenho com base nos resultados descritos;
- 3 E, por último, se necessário, praticar intervenções tendo em vista conseguir que os resultados atinjam um nível de satisfatoriedade aceitável.

Este último passo depende de uma decisão do gestor – aqui, no caso, do professor em sala de aula – que deve desejar e investir na busca de resultados satisfatórios de sua ação.

A avaliação da aprendizagem subsidia as decisões do professor, tanto para dar-se por satisfeito com a qualidade obtida pelos estudantes em seu desempenho, quanto para, não se dando por satisfeito, decidir por investir mais e mais até que seus estudantes tenham aprendido o que deveriam aprender.

Garantir a cada educando seu direito de aprendizagem satisfatória é o que está definido no pro-

jecto de Educação de Jovens e Adultos. A avaliação norteia, então, o investimento do educador no estudante para que, dessa forma, este possa exercer sua cidadania. Será assim que esse projeto de educação poderá cumprir a tarefa da qual está investindo, institucionalmente, desde o início dos anos 2000, como vimos acima.

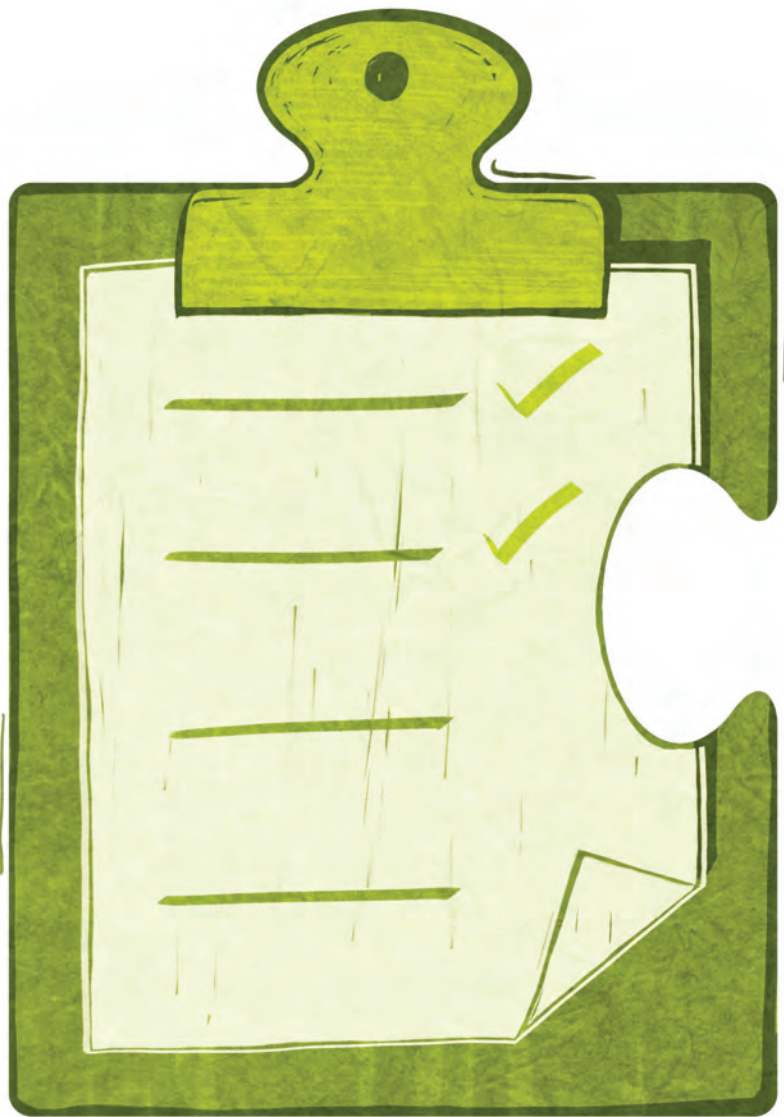
A prática da avaliação em educação pode ser utilizada tanto para o acompanhamento da construção dos resultados desejados, como sinalizamos, acima, tratando da avaliação da aprendizagem em atividades presenciais de ensino, ou para a certificação, como no caso do Encceja.

### **AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES PARA A CERTIFICAÇÃO – ENCEJA**

A certificação supletiva é obtida pela participação no Encceja, exame anual realizado pelo Inep fora das atividades processuais de ensino, que possui duas finalidades específicas. De um lado, »



Se a Educação de Jovens e Adultos não está atingindo os objetivos da inclusão de todos no direito à educação de qualidade, em que aspectos o sistema nacional de ensino está falhando no cumprimento dessa meta?”



tem o objetivo de certificar jovens e adultos na modalidade de conclusão do Ensino Fundamental; e, de outro lado, o Encceja subsidia a avaliação de larga escala da modalidade de ensino de Jovens e Adultos, tema que será abordado no próximo tópico deste texto. Importa, aqui, observar que a certificação supletiva do Ensino Médio, a partir de 2009, passou a ser feita pela participação nas provas do Enem.

A diferença entre esses usos da prática avaliativa em educação tem a ver com o fato de que a “avaliação de acompanhamento” oferece suporte ao gestor para construir os resultados desejados; e a “avaliação de certificação” diagnostica os resultados já obtidos na aprendizagem e, com isso, certifica, ou não, o candidato.

No que se refere ao Encceja, o portal do Inep – <http://portal.inep.gov.br/web/encceja> – oferece as seguintes especificações:

➤ O órgão responsável pelas provas é o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira), que, por meio de sua Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb), realiza, desde 2002, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) para jovens e adultos residentes no Brasil e no exterior.”

➤ “O Encceja constitui-se em um exame para aferição de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros.”

➤ A participação “no Encceja é voluntária e gratuita, destinada aos jovens e adultos residentes no Brasil e no exterior que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos em idade própria.”

➤ “No Brasil, com a instituição do novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a partir de

2009, o Encceja Nacional passou a ser realizado visando à certificação apenas do Ensino Fundamental, pois a certificação do Ensino Médio passou a ser realizada com os resultados do Enem.”

- “No Brasil e no exterior, o exame pode ser realizado para pleitear certificação no nível de conclusão do Ensino Fundamental para quem tem no mínimo 15 (quinze) anos completos na data de realização das provas.”
- Brasileiros residentes no exterior, além da certificação no nível de conclusão do Ensino Fundamental, podem pleitear a certificação no nível de conclusão do Ensino Médio, desde que tenham no mínimo 18 (dezoito) anos completos na data de realização das provas.
- Quanto aos conteúdos para o Ensino Fundamental, o Encceja constitui-se de provas estruturadas da seguinte forma: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes, Educação Física e uma proposta de Redação; Matemática; História e Geografia; Ciências Naturais. Para o Ensino Médio, aplicado apenas para os brasileiros que moram no exterior, a prova é estruturada por áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e uma proposta de Redação; Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias.
- “Essas áreas do conhecimento foram estabelecidas a partir do currículo da Base Nacional Comum, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).”
- “A emissão dos documentos certificadores (Certificado e Declaração de Proficiência) é responsabilidade das Secretarias Estaduais de Educação que firmaram com o Inep o Termo de Adesão ao Encceja.”
- “O participante poderá solicitar aproveitamento dos resultados de uma ou mais áreas do conhecimento avaliadas em quaisquer edições anteriores do Encceja para fins de certificação.”

## O ENCEJA COMO RECURSO DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NA EJA

Os resultados do Encceja podem e têm servido de base para uma leitura da qualidade dos investimentos na Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

A erradicação do analfabetismo e integração de todos os jovens e adultos na trilha da escolaridade são objetivos do direito à cidadania e têm sido uma promessa há muitos anos na história da educação em nosso país.

O sistema de avaliação de larga escala em qualquer âmbito de ensino tem por objetivo olhar o desempenho do sistema, já que, em última instância, ele é o responsável para que os estudantes aprendam o que devem aprender de tal forma que lhes sejam garantidos direitos básicos do cidadão.

Se a Educação de Jovens e Adultos não está atingindo os objetivos da inclusão de todos no direito à educação de qualidade, em que aspectos o sistema nacional de ensino está falhando no cumprimento dessa meta?

E, diante dos resultados de uma prática avaliativa de larga escala, que novas decisões os gestores da educação necessitam tomar para que, efetivamente, a concepção de que todos exerçam o direito de ser educados com a qualidade definida em documentos nacionais dos governos federais, estaduais e municipais se faça valer?

A avaliação de larga escala é um recurso inestimável para dar sustentação a esses objetivos. Sem a sua presença, não haverá parâmetros para que, de um lado, as autoridades educacionais do país aquilatem a quantas andam as metas do Plano Nacional de Educação, o que e como devem investir para que elas sejam cumpridas dentro dos prazos previstos; sem a sua presença, os cidadãos brasileiros não terão dados consistentes para justificar reivindicações junto às autoridades competentes segundo projetos já definidos.

Na Educação de Jovens e Adultos, necessitamos, pois, das três modalidades de práticas avaliativas abordadas neste texto e, já configuradas, nas instâncias administrativas da educação nessa nossa terra: a avaliação da aprendizagem tendo em vista construir os resultados necessários nos cursos presenciais; a avaliação de certificação tendo em vista garantir a jovens e adultos, que detêm os conhecimentos necessários no nível do Ensino Fundamental ou Médio, a possibilidade de usufruir de seus direitos; e a avaliação de larga escala para subsidiar os variados gestores dessa modalidade de ensino a encontrar as melhores soluções para o seu sucesso. ●

### CIPRIANO CARLOS LUCKESI

➤ *é Doutor em Educação, Filosofia e História da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), e autor de livros que são referência em Avaliação Educacional.*

# UM PRESENTE PARA VOCÊ, QUE É A NOSSA VOZ NAS ESCOLAS!



Nesta obra, desenvolvida em parceria com o Instituto Paulo Freire, **Moacir Gadotti** afirma que os alunos só terão realmente um futuro melhor se puderem contar com um efetivo apoio de suas famílias. E esse apoio envolve a educação de seus pais e familiares. Dessa forma, o autor reitera a importância de um pacto pela eliminação do analfabetismo de jovens, adultos e idosos.

**Leia agora na íntegra!**

Conheça também:



**Anuário Brasileiro da Educação Básica**

**O que revela o espaço escolar?**  
Um livro para diretores de escola

Acesse e leia gratuitamente  
[www.moderna.com.br/eja](http://www.moderna.com.br/eja)

Fundação  
**Santillana**

 **MODERNA**

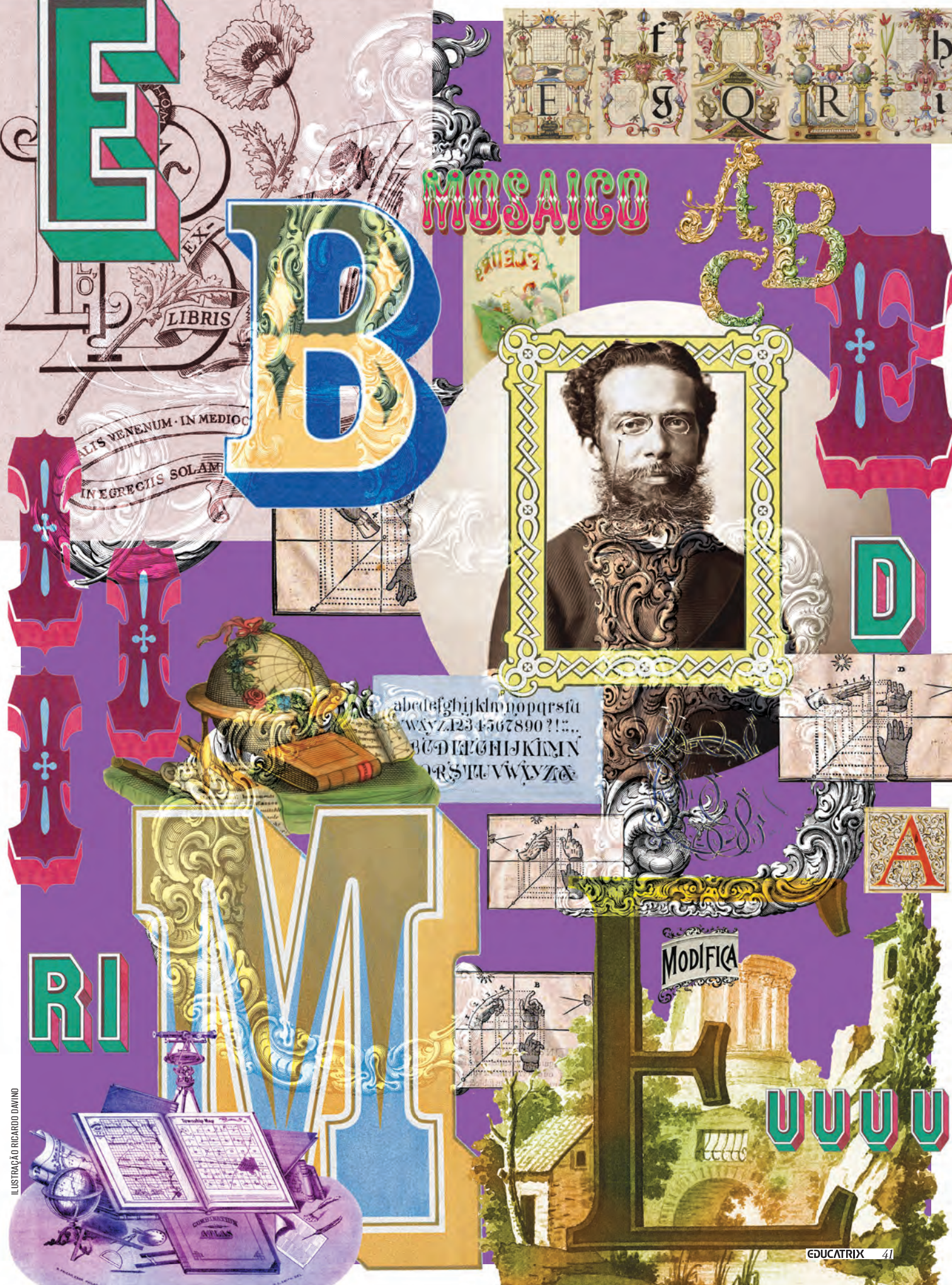
# *Diversidade na EJA*

*MÚLTIPLOS OLHARES,*

*MÚLTIPLOS FAZERES.*

Pensar a EJA como espaço de acolhimento e valorização das diferenças é essencial para uma educação, de fato, transformadora.

POR *Claudia Mendes de Abreu*



MOSAICO

A B  
C B

A

D

abcdefghijklmnopqrstuvwxyz  
1234567890?!:;  
A B C D E F G H I J K L M N  
O P Q R S T U V W X Y Z A

A

R I

M

MODIFICA  
U U U U

ILUSTRAÇÃO DE RICARDO DAVINO

**NA HISTÓRIA** da Educação brasileira, a Educação de Jovens e Adultos já possuiu inúmeras definições e passou por várias configurações. Desde a Educação de Adultos, a Educação de Adolescentes e Adultos, até sua definição atual pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996 como modalidade da Educação Básica, quando passou a ser reconhecida como Educação de Jovens e Adultos, este *modus* diferente de pensar e fazer a educação tem a diversidade em sua essência e existência. Podemos dizer que a EJA é a própria diversidade materializada em uma modalidade da Educação Básica, desde a sua composição etária, até os seus tempos e formas de desenvolver a educação.

Em sua gênese, a educação para adultos surge, ainda no período colonial, com as ações educativas missionárias desenvolvidas pelos jesuítas, atreladas à necessidade do projeto colonizador do Império Português. No período imperial, ainda que o artigo 179 da Constituição de 1824 reservasse a todos os cidadãos a instrução primária gratuita, a educação para este segmento acabou não sendo assumida efetivamente durante o Império. Mas já se esboçavam, de certo modo, algumas preocupações com a instrução dos adultos, apresentadas na Reforma Leôncio de Carvalho através do decreto nº 7.247 de 19/4/1879. Cabe destacar, ainda, o parecer elaborado por Rui Barbosa enquanto relator da Câmara de Instrução Pública dos deputados, em 1882, sobre a reforma do ensino no Brasil. No documento, o político tratou o ensino como algo fundante para a formação social brasileira e elemento fundamental para liberdade e edificação da nação.

É especificamente no período republicano, durante todo o século XX, que a Educação de Jovens e Adultos passa a ser concebida como ponto de pauta dos movimentos que lutam pelos direitos sociais e humanos. Assim, a EJA começa a aparecer na agenda política dos governos que passam a se suceder durante todo este período, contudo, assumindo um caráter compensatório nas políticas educacionais vigentes.

Mas é no fluxo dos diversos movi-



**Não é mais possível pensar a EJA como um simples processo de alfabetização, como se pensou outrora, mas como um direito humano.**

**CLÁUDIA MENDES DE ABREU**

✦ *é gerente de Políticas Educacionais de Jovens, Adultos e Idosos - GEJA, da Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação (SEDE) - Secretaria de Educação - SE/PE.*

que reflita certos fatores, como idade, igualdade entre os sexos, necessidades especiais, idioma, cultura e disparidades econômicas.”

mentos de luta pela educação pública, popular, dos trabalhadores, das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos quilombolas, pelo direito à terra, dentre tantos outros movimentos de luta por direitos sociais, políticos e humanos que a Educação de Jovens e Adultos foi se configurando como campo de disputas e espaço da diversidade, nascendo das lutas pela inclusão e reconhecimento das minorias sociais e direitos humanos. Cabe aqui ressaltar que o Brasil passou a ser signatário de diversos acordos internacionais que tiveram como temática o direito à educação e os direitos humanos, reconhecendo-os perante entidades globais, como ONU, Unesco, Unicef, Cepal e OEA.

Em um sentido semelhante, desde a década de 1960 são realizadas Conferências Internacionais de Educação de Adultos com caráter intragovernamental, na perspectiva de tornar a Educação de Adultos uma agenda política no mundo. No bojo das diversas Conferências Internacionais da Educação de Adultos, destacamos a V Confinteia, que aprovou a *Declaração de Hamburgo*, e adotou a *Agenda para o Futuro da Educação de Adultos* como um documento sugerido aos 154 países participantes da conferência, com o objetivo de reafirmar a diversidade cultural e a cultura de paz, bem como a pluralidade de conceitos que constituem a EJA e seus processos educativos, reconhecendo a diversidade como fundante nesses processos.

Uma das grandes preocupações que fica evidenciada na *Declaração de Hamburgo* dá-se com relação à questão da diferença, como é apontado no item 2: “A Educação de Adultos pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado à sua vida. A educação ao longo da vida implica em repensar o conteúdo

O documento está permeado do discurso sobre o respeito à diversidade e a garantia dos direitos humanos, bem como defende o fomento de práticas que cultivem uma cultura de paz, a exemplo do item 15, que aborda especificamente a diversidade e a igualdade de direitos. Arelada à criação deste documento está a *Agenda para o Futuro da Educação de Adultos*, outro documento norteador para as políticas e práticas educativas da EJA, do qual o Brasil foi signatário. Nele também podemos perceber, novamente, o cuidado em orientar estratégias políticas, didáticas e pedagógicas que preservem o respeito à diversidade de gênero como propõe o tema IV: “A educação de adultos, igualdade e equidade nas relações entre homem e mulher e maior autonomia da mulher”.

Na VI Confinteia, o *Documento Base Preparatório Nacional* que apresentou um diagnóstico da EJA no Brasil ressaltava que “compreender a EJA como direito significa reafirmar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, para a qual a educação constitui direito fundamental da pessoa, do cidadão; mais do que isto, significa criar, oferecer condições para que esses direitos sejam, de fato, exercidos”.

Não é mais possível pensar a EJA como um simples processo de alfabetização, como se pensou outrora, mas como um conceito mais ampliado, entendendo-a como um direito humano e repleta de especificidades que exigem políticas, formas de pensar e fazer a educação que atendam a diversidade de

saberes, territórios, culturas, condições e contextos de vida e história diversos. Nesta direção, Moacir Gadotti, na obra *Educação de Adultos como Direito Humano*, nos apresenta uma infinidade de temáticas que são inerentes à Educação de Jovens e Adultos: “A Educação de Adultos (EA) relaciona-se com vários temas, entre eles: a questão da pobreza e das desigualdades, a questão das ONGs, comunicação e informação, mudanças climáticas, migrações (refugiados e imigrantes em situação “irregular”), interculturalidade, empregabilidade e sobrevivência, economia solidária e, certamente, a educação como direito humano, como “direito à educação emancipadora”, como defende o Fórum Mundial de Educação. Fizeram parte da agenda, também, os temas da globalização, do desenvolvimento sustentável, da democracia econômica, da cultura da paz, do direito à educação ambiental, a questão de gênero na EA, a mídia, a tecnologia, a educação não formal, a educação popular e outros.”

A EJA enquanto direito para todos é inquestionável. Compreendê-la na diversidade e para a diversidade, envolvendo um conjunto heterogêneo de jovens, adultos e idosos, é necessário para que estes fatores possam balizar as propostas e encaminhamentos necessários às políticas públicas e práticas pedagógicas na EJA. Nessa perspectiva podemos indagar quem são os sujeitos da EJA.

## OS SUJEITOS DA EJA E OS DESAFIOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS

Falar em diversidade é caracterizar os próprios sujeitos que compõem a EJA. Não precisamos de um olhar apurado para observar que as turmas da Educação de Jovens e Adultos nos chamam a atenção de imediato pela pluralidade etária. São pessoas jovens, adultas e idosas presentes nos espaços educativos de todo o país. Os marcos legais da Educação de Jovens e Adultos no Brasil definem esta modalidade como aquela que »

» atende àqueles que não tiveram a oportunidade de estudar na idade considerada própria, ou seja, tiveram negados seus direitos à educação. Para tal, estabelecem como idade mínima para o ingresso 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio. Contudo, seria muito limitado compreender a EJA pela perspectiva etária apenas, pois neste recorte etário há uma multiplicidade de culturas, etnias, territórios, identidades, gêneros, bem como diversidade em termos de condição socioeconômica, física e psíquica, de orientação sexual, dentre outros aspectos que merecem ser reconhecidos.

No diagnóstico apresentado à VI Confinteia, o *Documento Base Nacional* expõe uma abordagem importante sobre a composição desta diversidade na EJA e como concebê-la:

“Pensar sujeitos da EJA é trabalhar para, com e na diversidade. A diversidade é constituída das diferenças que distinguem os sujeitos uns dos outros – mulheres, homens, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com necessidades especiais, indígenas, afrodescendentes, descendentes de portugueses e de outros europeus, de asiáticos, de latino-americanos, entre outros. A diversidade que constitui a sociedade brasileira abrange jeitos de ser, viver, pensar e agir que se enfrentam. Entre tensões, entre modos distintos de construir identidades sociais e étnico-raciais e cidadania, os sujeitos da diversidade tentam dialogar entre si, ou pelo menos buscam negociar, a partir de suas diferenças, propostas políticas que incluam a todos nas suas especificidades sem, contudo, comprometer a coesão nacional, tampouco concepções e propostas de EJA voltadas à formação humana que passam a entender quem são esses sujeitos e que processos político-pedagógicos deverão ser desenvolvidos para dar conta de suas necessidades, desejos, resistências e utopias.”

Os sujeitos caracterizados no documento preparatório à VI Confinteia são todos aqueles que retomam seus pro-

cessos formativos carregados de histórias, vivências, experiências e saberes. Estes compõem as nossas turmas, dando sentido a elas. A EJA, por ser uma modalidade inclusiva, precisa conceber que a educação não pode reforçar as desigualdades que marcam a diversidade no nosso país.

Esse diagnóstico foi elaborado a partir de um amplo debate, propiciado pelos fóruns municipais, estaduais e nacional sobre a EJA, dos quais participaram representações da sociedade civil organizada, docentes, estudantes, movimentos sociais, universidades, institutos de pesquisa, segmentos privados e o Estado. Nele encontramos delineado o perfil da modalidade e uma discussão mais aproximada e aprofundada sobre a diversidade e as identidades que caracterizam os sujeitos da EJA.

Aqui percebemos como um dos grandes avanços a discussão em torno da diversidade, demonstrando a compreensão desse conceito a partir das tensões e conflitos que caracterizam as relações de aprendizagem e interação entre os sujeitos que compõem a EJA, como podemos observar em outro trecho do mesmo documento. “Pensar sujeitos da EJA é trabalhar para, com e na diversidade”. Observamos a preocupação, no documento, em garantir que as práticas pedagógicas na EJA levem em consideração a diversidade descrita no perfil dos sujeitos, entendendo-a como diferenças existentes entre os sujeitos.

Este objetivo também é evidenciado nas recomendações que o documento faz aos sistemas de ensino estaduais e municipais, conselhos estaduais, distritais e municipais de educação, bem como às instituições de ensino superior, apontando para a superação das desigualdades, considerando a diversidade socio-cultural, através de ações e proposições de políticas públicas.

De acordo com Kathryn Woodward, na obra *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (Editora Vozes), a diversidade de identidades é sim marcada pela diferença e os educandos no atual mundo globalizado estarão a todo o momento se deparando com o outro. O que dizer, então, da EJA, que possui uma complexa rede de diversidades? Como compreender os significados e as representações que estes sujeitos carregam? As significações forjam as posições de sujeito que os educandos da EJA devem ocupar, marcando o imaginário de cada um.

Sendo a diversidade algo inerente aos seres humanos e uma marca da Educação de Jovens e Adultos, entender quem são estes sujeitos, o que pensam, como agem, que espaços ocupam na sociedade, que representações possuem e produzem, onde moram, o que fazem, como trabalham é de fundamental importância para os projetos educativos. Toda esta diversidade produz identidades, e diferentes formas de ser e fazer na sociedade brasileira; por isso, Woodward defende que “potencializar a diversidade na educação pode contribuir para a transformação social e para a formulação e execução de propostas educativas em que esses sujeitos de energia, imaginação e criatividade estejam no centro, com seus desejos, necessidades e expectativas de educação, cultura, saberes e práticas – um dos meios imprescindíveis à humanização não só de suas vidas, como de toda a sociedade brasileira”.

Podemos dizer que os profissionais que atuam na Educação de Jovens e Adultos também são sujeitos da EJA. São sujeitos porque se encontram envolvidos



no processo de ensino e aprendizagem, na troca de experiências e saberes, que os fazem ir se constituindo como sujeitos na sociedade.

Os desafios postos ao fazer pedagógico cotidiano nas turmas de EJA, as relações afetivas, sociais e pedagógicas estabelecidas também passam a configurar as identidades de todos os envolvidos no processo educativo, “pois a diversidade se faz presente na produção de práticas, saberes, linguagens, técnicas artísticas, científicas, representações do mundo, experiências de sociabilidade e de aprendizagem”, conforme artigo presente no livro *Educação de Jovens e Adultos: o que as pesquisas revelam*, organizado por Leôncio Soares (Editora Autêntica). Assim, não podemos pensar os espaços educativos e os profissionais que atuam na Educação de Jovens e Adultos dissociados deste processo de constituição das diversidades.

## INVESTIMENTO SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS

Ainda nessa perspectiva, entendemos que um dos desafios postos na atualidade é desenvolver políticas públicas atendendo a esta diversidade presente na Educação de Jovens e Adultos. Os dados do Censo 2010 nos revelam um difícil legado de desigualdades que se refletem no contexto educacional, uma vez que quase metade da população brasileira (49,25%) com 25 anos ou mais não tem o Ensino Fundamental completo. No

que se refere aos anos de escolaridade da população de 18 a 24 anos, a média na população urbana gira em torno dos 9,8 anos de estudo, enquanto na população do campo essa média é de 7,7 anos, perfazendo uma diferença de 2,1 anos. Estes dados são apenas uma amostra das desigualdades sociais refletidas no campo educacional e nos indicam que as políticas educacionais no nosso país requerem mais zelo, acuidade e responsabilidade associada a outras políticas de inclusão e desenvolvimento social. A análise deste cenário nos preocupa, pois ainda é perceptível na gestão pública como a Educação de Jovens e Adultos é tratada como custosa, quando deveria ser entendida como um investimento social. Por isso, a EJA precisa ser pensada e desenvolvida pelas políticas públicas a partir de suas diversidades. Mais pessoas estudando em boas condições são pessoas mais desenvolvidas em diversos aspectos.

Investir mais e melhor na Educação de Jovens e Adultos no país é uma questão de qualidade de vida, de inclusão e de garantia de direitos. Este será um dos desafios que teremos até a próxima década e que não pode ser perdido de vista por todos os planos de educação. A Educação de Jovens e Adultos precisa estar

na agenda política de todos, da gestão pública, dos espaços educativos, da sociedade civil organizada, da iniciativa privada, de todos aqueles que entendem que a EJA não pode ser uma ação segregada dependente da boa vontade de alguns gestores públicos, mas sim uma política pública efetiva que requer atenção, investimentos e qualidade no desenvolvimento de suas ações.

Para tal, é necessário reconhecer que múltiplas práticas educativas e metodologias de ensino podem ser adotadas, assim como materiais didáticos adequados às expectativas de aprendizagem dos educandos. É importante destacar que os espaços de formação de professores devem compreender esta modalidade numa perspectiva mais ampliada de educação, incluindo em seus currículos a discussão sobre a mesma.

Superar a visão de que a EJA se trata apenas de um processo de alfabetização é imprescindível para os avanços nesta modalidade. Desenvolver políticas públicas, a formação de profissionais neste campo educacional, a produção de materiais e a formulação de propostas político-pedagógicas e de metodologias de ensino que superem esta visão simplista da EJA como processos de alfabetização, ensino compensatório, limitado apenas a um público com uma configuração etária diferenciada é demasiado superficial para a diversidade de possibilidades que a EJA requer e propicia àqueles que nela atuam e estudam. ●

### PARA SABER MAIS

- *Documento Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA.*  
Disponível em: [goo.gl/cYwCCEf](http://goo.gl/cYwCCEf)
- *Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea.*  
Disponível em: [goo.gl/n0l6WB](http://goo.gl/n0l6WB)
- *Educação de Adultos como Direito Humano.*  
Disponível em: [goo.gl/Lnl082](http://goo.gl/Lnl082)

# Avaliação e aprendizagem

Conheça as soluções da AVALIA para atender às necessidades dos gestores educacionais que buscam informações sobre o rendimento escolar dos alunos, assim como caminhos para a implementação de políticas de intervenção que levem ao aperfeiçoamento da qualidade da aprendizagem.



# JORNADA DE AVALIAÇÃO

## Soluções para o gestor



Avaliação externa de **competências e habilidades** em Leitura, Matemática, Produção Textual, Ciências Humanas, Ciências da Natureza para o Ensino Fundamental e Ensino Médio.



**Questionários contextuais** para alunos, professores, gestores e famílias.



Aplicação **impresa e online**.



**Resultados** online, entrega otimizada.



Avaliação institucional da Educação Infantil.

# AVALIAÇÃO INTERNA

## Soluções para o professor



Ferramenta online para aplicação de **avaliações internas**.



Relatórios online com **desempenho geral** da turma e análise das questões.

# REDAÇÃO ONLINE



Banco com propostas de **diferentes gêneros textuais**.



**Relatórios descritivos** com desempenho das turmas.

# REDAÇÃO ONLINE

## Soluções para o aluno



Plataforma de **prática de redação** com acesso individual.



Correção externa, com produção de **relatórios analíticos** sobre o desempenho individual.

# SIMULADOS ONLINE



Acesso personalizado a um **banco de questões** de vestibulares, do Enem e a produções inéditas.



**Gráficos** de referência que descrevem o desempenho e **histórico de estudo**.

Consulte-nos!  
0800 77 33990

[www.avaliaeeducacional.com.br](http://www.avaliaeeducacional.com.br)

**AvaliA**  
Assessoria Educacional



# EDUCAÇÃO PARA TODOS

## Desigualdades socioeconômicas e a EJA

Progresso lento na alfabetização de adultos e disparidades na aquisição de habilidades para a vida evidenciam o desafio global que a EJA ainda representa.

**POR** *Lara Silbiger*

**PASSADOS** quinze anos desde que a Unesco estabeleceu os objetivos 3 e 4 da Educação para Todos (EPT), que visam ao desenvolvimento de habilidades para a vida e à erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos, respectivamente, o desafio ainda está longe de terminar.

Não há de se negar que houve avanços, como o caso dos 94 países que tornaram gratuito o ingresso no primeiro nível da educação secundária e a redução do número de adolescentes fora da escola, que passou de 99 milhões, em 1999, para 63 milhões, em 2012.

Ainda assim, como fechar os olhos para essa legião de jovens em idade escolar que se encontra fora do ambiente formal de ensino? Ou para os 14% da população mundial adulta que sequer sabe ler e escrever e perpetua o ciclo da baixa renda e desigualdade? »



» Desde 2008, a crise econômica mundial contribui profundamente para o desemprego. As camadas jovens são numerosas e seguem crescendo. Seu bem-estar e prosperidade dependem, mais do que nunca, das habilidades que a educação pode lhes proporcionar. Deixar de atendê-los representa um desperdício do potencial humano, do poder econômico e da defesa da democracia.

O RMG 2015 (Relatório de Monitoramento Global da EPT 2015) vem nos lembrar de que o acesso à educação vai além de garantir que todas as crianças frequentem a escola. Trata-se de assegurar que adolescentes usufruam plenamente do ensino secundário na idade certa e de que jovens e adultos tenham o direito de desenvolver habilidades ao longo de toda a vida, seja em aulas de EJA, cursos técnicos, de formação profissional ou, ainda, em programas de capacitação para a vida.

Para Timothy Ireland, coordenador da Cátedra da Unesco em EJA no Brasil e professor do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, a Educação de Jovens e Adultos desempenha papel crucial na promoção da cidadania e na redução da pobreza. “No entanto, ainda representa um desafio global”, declara.

## DIFERENÇAS SOCIOECONÔMICAS GERAM DISPARIDADES NA AQUISIÇÃO DE HABILIDADES

Embora o acesso à educação secundária tenha evoluído e o contingente de adolescentes na escola tenha crescido 12% nos últimos 15 anos, o progresso ainda não se reflete em oportunidades iguais para todos. As desigualdades socioeconômicas ainda são barreiras para que jovens menos favorecidos desenvolvam habilidades básicas, consideradas es-

senciais para obter um emprego digno e capaz de satisfazer as necessidades plenas de um cidadão.

Segundo o RMG 2015, a matrícula na educação secundária subiu de 29% para 44% nos países de baixa renda e de 56% para 74% nos de renda média. Duas mudanças legais facilitaram o ingresso nessa etapa de ensino: o fim da cobrança de taxas escolares em 94 países e a inclusão do primeiro nível da educação secundária como obrigatório em dois terços das nações que, até o ano 2000, ainda não haviam legislado nesse sentido, como Índia, Indonésia, Nigéria e Paquistão.

O relatório também revela a crescente procura por alternativas privadas de educação secundária, dado que a expansão da oferta pública ainda é lenta e não dá conta da demanda populacional. Entre 1999 e 2012, a porcentagem de matrículas em instituições particulares passou de 15% para 17% em países em desenvolvimento, em especial nos Estados Árabes e no Leste Asiático.

Se, por um lado, acompanhamos o gradual caminhar da educação secundária rumo ao acesso universal, de outro, assistimos ao velho filme de sempre. Os primeiros a se beneficiar dela ainda são os grupos privilegiados, em detrimento dos marginalizados.

Como era de se esperar, a desigualdade no acesso ao primeiro nível da educação secundária gera disparidades no desenvolvimento de habilidades, assim como impactos negativos sobre as etapas subsequentes de formação. Um terço dos adolescentes dos países de baixa renda não completará as séries iniciais da educação secundária em 2015.

Entre as causas que dificultam a transição para o segundo nível, está o trabalho infante-juvenil. Como consequência, ainda é expressivo o volu-



*A UNESCO adota a Classificação Internacional de Educação, segundo a qual a educação primária corresponde ao Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano no Brasil. Já a educação secundária é composta de duas etapas, que equivalem ao Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e ao Ensino Médio, respectivamente.*

*Segundo o Relatório Educação Para Todos, da Unesco: Objetivo 3: desenvolvimento de habilidades para a vida. Objetivo 4: erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos.*

## EJA: AÇÕES GLOBAIS, PERSPECTIVAS LOCAIS

1990

criação de uma **agenda internacional** na Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia).

2000

o Marco de Ação de Dakar **renova** a agenda internacional da Educação para Todos (EPT), no Fórum Mundial de Educação (Dakar, Senegal).



os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, firmados na Cúpula do Milênio, definem **metas para superar a pobreza** ao redor do mundo (Nova Iorque, EUA).



me de alunos que abandonam a escola ou que, se permanecem, têm tempo e energia limitados para aprender. Segundo dados, 70% dos estudantes de Camarões com idade entre 12 e 14 anos trabalhavam em 2001 – percentual que se manteve estável até 2011. Em contrapartida, no Togo, a proporção caiu de 80% para 47% no mesmo período.

Um segundo fator a se destacar são as migrações internas e internacionais, que colocam em risco as oportunidades educacionais. O RMG 2015 acompanhou os efeitos das políticas de migração em 28 países, metade formada por nações desenvolvidas e o restante, em desenvolvimento, e constatou que mais de 50% destes últimos e 40% dos primeiros não permitem que crianças e adolescentes com status legal irregular frequentem o colégio. Estima-se que, ao redor do mundo, mais de 1,7 milhão de crianças e jovens encontrem-se nessa situação, cuja solução requer estatuto jurídico, política linguística e financiamento.

Ainda com foco nos excluídos, o relatório destaca estratégias alternativas de expansão da educação secundária. Em Bangladesh, por exemplo, a organização não governamental *Bangladesh Rural Advancement Committee* (BRAC) oferece educação primária para crianças fora da escola e, ainda, as prepara para ingressar na educação secundária formal. Mais de 97% delas atingem o objetivo.

O *National Institute of Open Schooling*, na Índia, disponibiliza “programas abertos de educação básica” para pessoas acima de 14 anos, bem como cursos profissionais e de enriquecimento de vida. Até 2011, 2,2 milhões de jovens indianos foram beneficiados.

Na Tailândia, um plano de ação nacional combina os objetivos 3 e 4 da EPT numa proposta de »

## 2003 a 2012

UNLD (United Nations Literacy Decade, em português, Década da ONU para a Alfabetização) uma **estratégia para fortalecer os objetivos de alfabetização** da EPT.

## 2006 a 2015

LIFE - Iniciativa de Alfabetização para o Empoderamento – programa da UNLD com foco na alfabetização de adultos e em crianças que estão fora da escola. Maio de 2015: **formulação da nova agenda global**, no Fórum Mundial de Educação (Incheon, Coreia do Sul).

» alfabetização que criou uma alternativa de educação básica e continuada para diversas populações em desvantagem, como crianças em situação de rua e pessoas em regime de reclusão.

No entanto, mais do que propiciar condições para que jovens e adultos desenvolvam habilidades básicas na educação secundária, o terceiro objetivo da EPT prevê que lhes sejam dadas oportunidades de obter conhecimento e desenvolver valores, atitudes e habilidades para a vida. Isso inclui capacitá-los para se adaptar ao mercado de trabalho, participar plenamente da sociedade, fazer escolhas saudáveis e continuar aprendendo ao longo da vida.

Diante de tamanho desafio, que envolve a aquisição de habilidades transferíveis, técnicas, profissionais, cognitivas e socioemocionais, monitorar e mensurar os resultados do terceiro objetivo da EPT não foi tarefa das mais fáceis. A amplitude do enfoque e falta de indicadores e instrumentos de medição dificultaram a missão.

Ainda assim, o relatório dedicou-se a investigar situações concretas que propiciam o desenvolvimento de habilidades para a vida – definidas pela OMS (Organização Mundial da Saúde), como “habilidades para o comportamento adaptativo e positivo, a fim de capacitar os indivíduos para lidar com as demandas e os desafios da vida cotidiana de forma eficaz”.

Nesse sentido, foram avaliados os esforços de instituições de ensino pós-Declaração de Compromisso sobre HIV/AIDS, promovida em 2001 pela ONU. De acordo com a iniciativa, pelo menos 95% dos jovens entre 15 e 24 anos deveriam ter acesso a serviços de prevenção e à informação. Nos 17 países analisados pelo RMG 2015, os rapazes melhoraram seus conhecimentos em nove deles. Entre as moças, o progresso se deu em 13 territórios. A maioria das escolas relatou ter oferecido programas de habilidades para a vida com duração de, ao menos, 30 horas. As conquistas sugerem uma intensa mobilização durante um período relativamente curto de tempo.


Outro aspecto que o relatório enfatiza são os valores e as atitudes que podem melhorar a vida dos indivíduos e promover coesão social. Baseado em resultados recentes do PIAAC (Programa para Avaliação Internacional das Competências dos Adultos), ele evidencia a forte ligação entre educação e eficácia política, com destaque para o impacto positivo da conclusão do ensino secundário sobre outras atividades e valores sociais relevan-



## Educação de ADULTOS

*Denota o conjunto de processos educacionais organizados, seja qual for o conteúdo, nível e método, quer sejam formais ou não, quer prolonguem ou substituam a educação inicial nas escolas, faculdades e universidades, bem como estágios profissionais, por meio dos quais pessoas consideradas adultas pela sociedade a que pertencem desenvolvem suas habilidades, enriquecem seus conhecimentos, melhoram suas qualificações técnicas ou profissionais ou tomam uma nova direção e provocam mudanças em suas atitudes e comportamentos na dupla perspectiva de desenvolvimento pessoal e participação plena na vida social, econômica e cultural, equilibrada e independente; contudo, a educação de adultos não deve ser considerada como um fim em si, ela é uma subdivisão e uma parte integrante de um esquema global para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.*

(Extraído da Recomendação de Nairóbi sobre o Desenvolvimento da Educação de Adultos, UNESCO, 1976, p. 2).



tes, como tolerância, valorização da diversidade e apoio às instituições democráticas. Nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), as pessoas que completaram pelo menos o ensino secundário são as mais propensas a denunciar irregularidades nas suas comunidades e a se envolver em atividades voluntárias. Os dados também indicam que, quanto mais alta a qualificação profissional do adulto, maior é a sua disposição para se envolver em processos políticos.

Ainda falando sobre a formação na vida adulta, o PIAAC analisou os efeitos da inconstância no uso das habilidades adquiridas. Constatou que elas tanto podem ser aprendidas depois que os indivíduos já deixaram a escola como podem ser perdidas se não forem aplicadas regularmente. Além disso, os resultados indicam que quem frequentou programas profissionais apresenta níveis de habilidades mais baixos do que aqueles que concluíram programas gerais.

Os que apresentam melhores habilidades após a educação formal são também os que mais se beneficiam das oportunidades de aprendizagem ao longo da vida e, conseqüentemente, de maior progresso social. Um estudo do Banco Mundial sobre Habilidades Rumo ao Emprego e à Produtividade (STEP) confirmou o valor das habilidades socioemocionais, que podem ser aprendidas por meio de experiências escolares positivas e podem ser tão importantes quanto as cognitivas para se obter resultados positivos no mercado de trabalho. Revelou também que a “capacidade receptiva”, especificamente, é um índice relacionado a aumento de salário.

## PROGRESSO LIMITADO NA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Dos seis objetivos da EPT (Educação para Todos), o que obteve progresso mais lento foi o que previa dobrar o nível de alfabetização de adultos e promover o acesso igualitário à educação básica e continuada. Das 73 nações cuja taxa de alfabetização era menor que 95% no ano 2000, apenas 17 alcançarão a meta prevista para 2015. No outro extremo, 42 Estados ainda estão longe ou muito longe de atingi-la. Entre eles, estão os nove países em desenvolvimento mais populosos do mundo - Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão -, que concentram dois terços dos analfabetos adultos e mais da metade das crianças não escolarizadas.

Em termos globais, a taxa de analfabetismo de adultos regrediu 4% nos últimos 15 anos, passando de 18% para 14%. No entanto, o RMG 2015 considera que praticamente não houve ganhos reais porque o avanço se deve ao ingresso na maioria de jovens com melhores habilidades em leitura e escrita.

A respeito da queda do índice, Timothy Ireland lança luz sobre outro ângulo da questão. “Ao mesmo tempo em que o percentual caiu, a população mundial aumentou, o que eleva o número absoluto de analfabetos”, afirma. Ele ainda acrescenta que o fato de 14% da população mundial apresentar severas deficiências em leitura e escrita - 781 milhões de adultos, dos quais dois terços são mulheres -, “levanta dúvidas sobre a vontade política dos Estados de superar o analfabetismo, intimamente ligado à pobreza”.

O representante da Cátedra da Unesco em EJA no Brasil também destaca a total dependência, bem como a fragilidade, dos países pobres em relação a financiamentos externos para desenvolver programas de alfabetização de adultos. Apesar de os 164 signatários do Marco de Ação de Dakar terem se comprometido a não deixar nenhum país para trás por falta de recursos, a crise financeira de 2008 levou as nações ricas a cessar as remessas de ajuda internacional e aplicar seus recursos nos próprios sistemas nacionais de educação.

Tachado de “ambíguo” pelo RMG 2015, o compromisso global com a alfabetização de adultos é apontado como uma das causas do progresso limitado do quarto objetivo da Educação Para Todos. Se, de um lado, as nações atenderam aos apelos da comunidade internacional e declararam metas ousadas, capazes de nos fazer acreditar que o analfabetismo seria erradicado, de outro, negligenciaram a realidade nos últimos 15 anos. Uma análise dos Planos Nacionais de Educação de 30 países, feita pela Unesco no ano 2000 e, posteriormente em 2007, revelou a baixa prioridade dada à EJA.

Prova disso foi a execução de inúmeros programas e campanhas que não atingiram os resultados esperados, apesar das diversas ações globais que serviam de modelo para um novo conceito de alfabetização de adultos, a exemplo da Life - Iniciativa de Alfabetização para o Empoderamento, promovida durante a UNLD (*United Nations Literacy Decade* - em português, *Década das Nações Unidas para a Alfabetização*). Muitos não estavam alinhados às estratégias nacionais de educação e não apresentavam visão de longo »

# Analfabetismo NO BRASIL

COM UMA lenta e progressiva redução na taxa de analfabetismo de adultos, o Brasil ocupa o oitavo lugar no ranking mundial (UNESCO, 2015). Do índice de 12,4% que apresentava em 2001, passou para 8,7% em 2012 (PNAD 2012).

Apesar de tímido, o avanço não deu conta de sanar as significativas diferenças regionais. No Nordeste, o analfabetismo atingia 17,4% da população acima de 15 anos em 2012, frente aos 10% do Norte, 6,7% do Centro-Oeste, 4,8% do Sudeste e 4,4% do Sul.

Além da questão geográfica, outras variáveis de peso, por vezes associadas a aspectos históricos, influenciam o acesso à EJA. Há, por exemplo, quatro vezes mais jovens negros no Nordeste que apresentam severas deficiências em leitura e escrita que a média nacional. No quesito rural x urbano, a taxa de analfabetismo no campo foi de 21,1%, em 2012, frente aos 6,6% da cidade. Já em relação à renda, o analfabetismo alcançava 15,6% dos adultos considerados 25% mais pobres da população, enquanto entre os ricos não superava os 2%.

A principal estratégia do país para alcançar os objetivos da EPT ligados à EJA é o Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Instituído em 2004, almeja superar o analfabetismo e promover a continuidade dos estudos de jovens e adultos por meio da responsabilidade solidária entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Apesar de reconhecer os esforços nacionais, Timothy Ireland, coordenador da Cátedra da Unesco em EJA no Brasil, questiona a qualidade e a eficácia dos serviços ofertados, bem como a relevância social dos programas. “Os dados do SBA (Sistema Brasil Alfabetizado) revelam que um número significativo de alunos não consegue se alfabetizar ao concluir os oito meses do Programa e, mais preocupante ainda, um número insignificante se matricula na modalidade de EJA ao concluir o PBA”, declara no discurso que proferiu na apresentação do RMG 2015, em Brasília. “Há consenso entre várias agências internacionais de que a alfabetização é um contínuo que exige vários anos de escolaridade para ser consolidada.”

» prazo. Alguns estabeleceram propósitos ambiciosos demais, mas estouraram os prazos. Outros não consideraram a diversidade do público-alvo e estigmatizaram o analfabetismo a ponto de levar os cidadãos com baixas habilidades em leitura e escrita a encobrir sua situação, dissuadindo-os de participar da formação.

Outro fator que limitou o avanço da alfabetização foi a falta de entendimento da mesma como um processo. “Ela começa com a aprendizagem básica e demanda a continuidade na aquisição de habilidades, sem a qual tende a se reverter para o estado de analfabetismo”, afirma Ireland.

A alfabetização requer não apenas uma oferta de oportunidades estruturadas de aprendizagem, mas também mais oportunidades de usar, melhorar e reter as habilidades de leitura e escrita no dia a dia, com situações em que o adulto perceba melhorias na sua condição de vida.

O RMG 2015 cita exemplos ligados a marketing agrícola, intervenções de saúde pública, iniciativas de microcrédito e investimento no gerenciamento da água e conclui que, ainda que haja um crescente reconhecimento de que programas de alfabetização precisam estar atrelados a tais oportunidades, o impacto na aquisição de habilidades em leitura e escrita ainda não foi perceptível.

Por outro lado, o documento aposta na rápida expansão das TICs como mola propulsora da alfabetização de adultos. “Pode ser possível valer-se, de modo vantajoso, do uso generalizado de telefones celulares para promover ambientes de alfabetização e práticas de leitura mais fortes, apesar de ainda não existirem indícios claros do impacto das TICs nas habilidades em leitura e escrita.” (RMG 2015, p. 33).

## SAIBA MAIS:

- » [Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015.](#)
- » [Relatório de Monitoramento Global da EPT 2012: Juventude e Habilidades - Colocando a educação em ação.](#)
- » [Discurso de Timothy Ireland na apresentação do RMG 2015, em Brasília.](#)
- » [Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos - Unesco, 2010.](#)
- » [Acesse todos os recursos em: \[www.moderna.com.br/eja\]\(http://www.moderna.com.br/eja\)](#)

# EDUCAÇÃO E **CULTURA** A FAVOR **DA** **CIDADANIA**

Somos o braço de responsabilidade social da Editora Moderna, fomentando ações que contribuem para o desenvolvimento da educação e da cultura, além de incentivar a formação continuada e a inclusão social.



INCLUSÃO SOCIAL



GESTÃO E  
AVALIAÇÃO




FORMAÇÃO E  
VALORIZAÇÃO  
DO PROFESSOR



INCENTIVO  
À LEITURA



# O NOVO *professor da EJA*



A formação é e sempre será um atributo valorizado na carreira de um professor da EJA, desde que seja um processo contínuo e aliado a competências específicas, que somente a prática é capaz de proporcionar.

—  
POR Solange Petrosino



**ATUALMENTE**, não se concebem melhorias educacionais sem antes considerar como tema central a atuação do docente que, por sua vez, nos remete à sua formação inicial e permanente. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA) não é diferente; entretanto, neste segmento, em resposta aos desafios apresentados, esse fator assume algumas particularidades, nem sempre contempladas na formação dos professores. Mas, sendo assim, qual é a formação necessária para um professor atuar na EJA?

É consenso na educação que a formação do docente é um fator determinante para a qualidade do ensino, no entanto, a crença de que um professor se constitui no curso de graduação não existe mais.

## FORMAÇÃO E ATENÇÃO À EJA

Os cursos de graduação para formação de professores, seja em pedagogia, licenciaturas em geral ou mesmo pós-graduação, têm sofrido pesadas críticas quanto à validade de seus currículos para uma atuação eficaz e eficiente a favor da aprendizagem. Quando o assunto é EJA, a formação de professores não tem recebido a atenção necessária. Segundo dados de uma pesquisa da Fundação Victor Civita (FVC), realizada pela Fundação Carlos Chagas (FCC), em 2013, esta etapa é abordada em apenas 1,5% do currículo.

Independentemente dos cursos de formação inicial que precisam ser revistos, a formação continuada, em serviço, se faz condição necessária para a prática docente, já que a educação é um processo em constante transformação. Como define Pedro Demo na obra *Questões para a tele-educação*, “o professor deve ser a imagem viva do aprender a aprender”.

Então, como nasce um professor da EJA? Precisamos considerar alguns elementos, descritos a seguir, que fundamentam a prática docente e devem ser alvo de formação e exercício.

É preciso investir na formação do professor da EJA e na sua valorização, possibilitando condições para qualificar seu trabalho e, conseqüentemente, resultados positivos no desempenho dos alunos.

Como não há docência sem discência, citando o mestre Paulo Freire em *Pedagogia da autonomia*, em particular no caso da EJA, é preciso conhecer os alunos, suas realidades, compreender como eles aprendem e considerar as causas de evasão ou da não entrada no sistema regular de escolarização.

Para isso, é preciso ter claro o que diferencia a educação de crianças e a educação de jovens e adultos, assim como o papel do educador junto a esses grupos. Portanto, os princípios andragógicos precisam ser conhecidos, pois é preciso pensar quais são os sujeitos dessa etapa.

A simples inserção desses alunos no sistema e a possibilidade de uma alfabetização básica não garantem bom desempenho, nem permitem melhorar sua qualidade de vida, seja no âmbito pessoal, social ou profissional. Considerar a diversidade e todas as suas nuances é o primeiro passo para estruturar uma proposta mais efetiva para esse segmento e, nessa perspectiva, o ofício docente comporta em si um escopo de responsabilidades pouco discutidas.

Frente às demandas apresentadas pela EJA, o material didático destinado a esse grupo precisa ser compreendido como um elemento importante de estruturação, mas não um fim em si mesmo. Precisa ser flexível o suficiente para as devidas adequações aos diferentes contextos, pois se trata de um material de apoio ao professor e um recurso facilitador do processo.

Discutiremos na sequência, mais detalhadamente, alguns desses aspectos, considerando os estudos de Ann Lieberman, quando diz que o trabalho de formação deve estar perto da realidade escolar e dos problemas que vivem os professores, e de António Nóvoa, que ressalta o professor como elemento insubstituível, não somente no fomento das aprendizagens, mas também na construção de processos de inclusão que respondam aos desafios da diversidade, presentes na coleção *Metas educativas 2021 – A educação que queremos para a geração dos bicentenários*, publicado pela Fundação Santillana, em parceria com a OEI.

## DIVERSIDADE: DESAFIO E RIQUEZA DA EJA

A diversidade é o que constitui o desafio e a beleza da EJA. Diversidade de público, não só de alunos, mas também de professores, de formações e de contextos. Nesse caso, o saber docente deve englobar saberes cognitivos, competências e habilidades relacionadas, entre outras, a capacidade criativa, a flexibilidade para responder à diversidade que esse grupo apresenta, além da capacidade de mediar conflitos sociais e de diferentes origens.

Ao nos referir à educação, especialmente de adultos, pensamos em uma formação holística e com acesso democrático, abarcando todos os aspectos que compõem o sujeito.

O currículo da EJA deve estar alinhado à heterogeneidade que esse grupo apresenta, considerando as diferentes etnias, faixas etárias, localizações geográficas e origens, seja um aluno do campo ou urbano, detento, migrante ou participante de outras culturas. A consideração dessa diversi- »



Considerar a diversidade dos perfis de alunos e todas as suas nuances é o primeiro passo para estruturar uma proposta didática efetiva para a EJA.



Para trabalhar com jovens e adultos, o professor tem que reconstruir a representação de educação, pois se eles não acompanharam esse processo, não há como reforçar o modelo; caso contrário, estaria reforçando o fracasso.



» **dade** tem uma importância imensa na construção de uma sociedade igualitária e justa, já que encontramos lacunas de aprendizagem geradas pelos diferentes percursos escolares.

Apesar da diversidade, todos esses alunos têm um ponto em comum: eles foram excluídos de um sistema educacional regular. Para trabalhar com jovens e adultos, o professor tem que reconstruir a representação de educação, pois se eles não acompanharam esse processo, não há como reforçar o modelo; caso contrário, estaria reforçando o fracasso.

Esses alunos foram excluídos por diferentes razões, como necessidade de trabalhar, poucos recursos financeiros da família, distância geográfica da oferta de educação formal, condições inadequadas de infraestrutura e didática, entre outras. Por isso, a proposta da EJA precisa proporcionar uma experiência que possibilite o crescimento da autoestima dos alunos e que os faça acreditar em sua capacidade de aprender, pois propiciar a retomada dos estudos a essa população excluída é uma questão humanitária e de justiça social.

## PRINCÍPIOS ANDRAGÓGICOS

A andragogia, termo cunhado em 1968 por Malcolm Knowles, trouxe a sistematização do conceito de que a formação de crianças e a de jovens e adultos possui uma série de diferenças em termos neurológicos e de desenvolvimento psicológico. Knowles diferencia a pedagogia da andragogia e estabelece vários elementos que contrapõem um ao outro. Quando ele retoma os estudos, nos anos 1980, começa a aproximar os dois conceitos. Sonia Ribeiro, professora e doutora da Universidade de Coimbra, afirma que a aproximação da pedagogia com a andragogia acontece quando surgem os princípios socioconstrutivistas de Piaget e Vygotsky.

Vários são os princípios da andragogia, entre eles, a aplicabilidade de contextos educativos diversificados. Quando nos referimos ao adulto, sabemos que cada um já construiu a sua história e, portanto, essa diversidade se apresenta com mais intensidade. Atualmente, sabemos que cada criança também apresenta um perfil diferente, por isso não falamos mais de uma educação homogeneizada; entretanto, a curva entre as crianças da mesma faixa etária é muito menor do que uma sala de aula com adultos de diferentes idades. O princípio da andragogia baseia-se em uma aplicabilidade em diversos contextos e uma flexibilidade de atuação.

Em um processo andragógico, o diálogo entre o educador e o educando acontece não só durante o processo de ensino-aprendizagem, mas também na construção e no planejamento desse processo. A andragogia costuma utilizar o termo facilitador para o educador e aprendente para o educando; os próprios nomes já sinalizam que professor e aluno são corresponsáveis pela aprendizagem. Esse educa-

dor passa a ser o orientador e facilitador, trazendo o aprendente para esse processo de maneira ativa e promovendo sua autonomia, de modo que ele possa reproduzir esse caminho sozinho, permanentemente.

Um processo andragógico considera o espaço para aprendizagem como um fator relevante, pois é importante que haja um clima favorável. Não estamos falando, apenas, de recursos físicos, mas de uma série de recursos de estabilidade e de apoio, que facilitem o dia a dia, assim como um material didático de qualidade para apoiar o trabalho.

Outro fator relevante é a experiência que esse adulto já possui, pois ela tem que ser a base da aprendizagem, já que não dá para construir ou planejar algo para EJA que não considere os saberes previamente adquiridos. Os alunos querem saber: por que estão aprendendo? O que estão aprendendo? Que sentido tem esse aprendizado? Eles aprendem melhor discutindo e fazendo do que lendo, vendo e ouvindo.

Na andragogia é importante legitimar os saberes do aluno, porque ao ser excluído do sistema educacional, normalmente, ele já apresenta uma baixa autoestima com relação aos seus saberes. Se quisermos dar igualdade de oportunidade para que ele possa competir, é necessário valorizar esse conhecimento, pois isso fará com que ele melhore sua autoestima e se engaje no processo de aprendizagem. Seguindo os eixos dos PCNs, no que diz respeito à identidade, reafirmamos que é importante reforçá-la e valorizá-la, considerando o mundo do trabalho, das oportunidades que eles possuem e a preparação contínua para a cidadania.

## ELEMENTOS DE UMA PROPOSTA PARA EJA

A atuação docente na EJA tem que oferecer condições adequadas e objetivas de execução, entre elas materiais apropriados que sirvam como base para o trabalho docente, suporte para o planejamento e facilitador do acompanhamento por parte dos gestores da escola.

Uma proposta para esse segmento deve estar baseada nos princípios andragógicos e nas concepções que fundamentam uma aprendizagem mais efetiva, tais como: aprendizagem significativa, desenvolvimento do domínio da linguagem, autoavaliação, desenvolvimento de competências e habilidades e tipologia dos objetivos educacionais. »



Uma proposta didática para EJA tem que enxergar o aluno como um cidadão ativo, que conheça e exerça seus direitos e deveres, que tenha autonomia nos estudos e desenvolva a aprendizagem ao longo da vida.

» A nicaraguense Nydia Verónica Gurdíán, pesquisadora desta área, diz que para ser coerente com uma visão ampla da educação de adultos, o seu objetivo deve estar centrado em oferecer respostas mediante a criação de oportunidades de aprendizagem múltiplas e variadas, em valorizar os saberes e a cultura dos jovens e adultos, bem como no conjunto de aprendizagens que vão além das áreas do conhecimento, relacionadas com o desenvolvimento de atitudes que incluem processos formativos diversos vinculados à participação cidadã, à geração de emprego, trabalho, capital e às necessidades específicas dos grupos a serem atendidos.

Para trabalhar dentro de uma perspectiva de aprendizagem significativa, a etapa inicial é o levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos, e, a partir disso, desenvolver temas relevantes e pertinentes para essa aprendizagem. David Ausubel, no livro *Aquisição e retenção do conhecimento*, relata como é feita a ancoragem do conhecimento e como o aluno dá significado e sentido para a aprendizagem quando seu conhecimento é considerado.

## O PLANEJAMENTO DIDÁTICO NA EJA

Outro conceito bastante importante é a questão da linguagem, um instrumento fundamental que possibilita recursos de interação social. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul consolidou um estudo sobre esse tema no livro *Ler e escrever: um compromisso de todas as áreas*, que mostra como a linguagem perpassa diferentes componentes curriculares e como ela tem que ser realmente um compromisso de todos os professores; portanto, o domínio da linguagem tem que ser desenvolvido nesta proposta, envolvendo escrita, leitura, oralidade e vocabulário. Ao ampliar o vocabulário desse aluno, o professor amplia as possibilidades do mesmo se comunicar com mais propriedade e pertinência.

É necessário que, em condições adequadas de ensino e aprendizagem, a análise do texto apareça, tanto oral quanto escrita, considerando trabalhar diferentes gêneros que podem ou não fazer parte do cotidiano do aluno. A ideia é possibilitar que diversos outros gêneros façam parte desse contexto, inseridos em diferentes suportes, como vídeo, jornal, revista, computador, propaganda, bula de remédio e até mesmo uma entrevista de emprego.

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), por meio do relatório Delors, apresenta quatro pilares da educação: Aprender a aprender, Aprender a ser, Aprender a fazer e Aprender a conviver.

Quanto ao planejamento, é importante considerar nos objetivos as diferentes tipologias: conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. Como propõe o professor Antoni Zabala, em seu livro *Prática educativa*, esses objetivos

umentam a eficiência do planejamento e da avaliação da aprendizagem, promovendo a clareza do trabalho a ser desenvolvido e quais pontos necessitam de intervenção por parte do professor. Zabala define os três objetivos como importantíssimos, pois são conhecimentos acumulados da humanidade; portanto, têm que fazer parte de um processo de educação.

E por que é importante saber distinguir os três? Porque a partir do momento que você traça os objetivos por tipologia, você também traça estratégias e avaliações compatíveis para atingir os objetivos citados. Na escola, é muito comum o professor dizer: “temos que trabalhar para que o aluno tenha uma postura e atitude sustentáveis. Mas como é possível atingir esse objetivo se você não planeja estratégias e não avalia o resultado?”

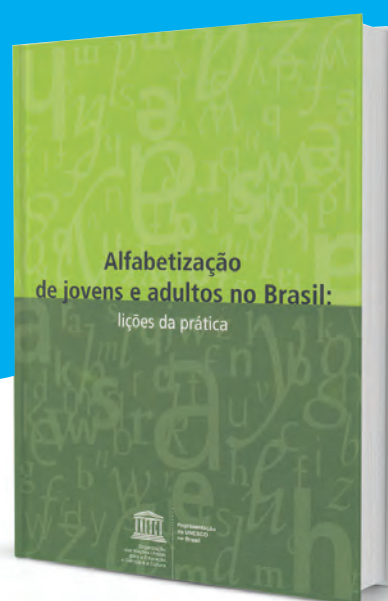
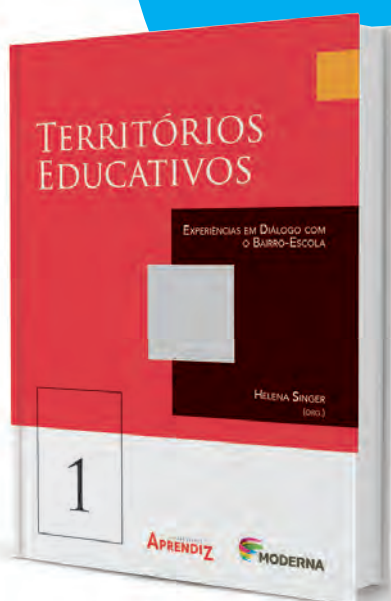
O desenvolvimento de competências e habilidades promove a autonomia do aluno e possibilita que ele dê continuidade aos estudos. Uma proposta para EJA tem que considerar que ele será um cidadão ativo, que conheça e exerça seus direitos e deveres, tenha autonomia nos estudos e uma aprendizagem ao longo da vida, não necessariamente no sistema escolar.

E, finalmente, uma proposta tem que ter clareza sobre a finalidade da avaliação, entendendo-a como contínua, formativa e inclusiva. A avaliação tem que contemplar uma proposta de flexibilidade e diversidade, de modo que o professor possa utilizá-la em diferentes contextos e adequá-la ao planejamento, sempre ao ritmo da turma e com o perfil do público. A autoavaliação tem de estar presente para que o aluno seja regulador de seu processo e ganhe autonomia de estudo.

Portanto, uma proposta bem estruturada pode auxiliar o professor a se constituir; apesar de ser um processo complexo e pessoal, muitas vezes, contar com apoio de materiais didáticos e guias permite alavancar essa empreitada.

Finalizo citando, novamente, Paulo Freire: “ensinar exige alegria e esperança”. A esperança de que o professor e os alunos juntos podem aprender e ensinar, inquietar-nos, produzir e, juntos, igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria. Os professores da EJA, engajados por definição, já trazem na sua essência esse saber, e isso é muito bom, pois já temos parte do caminho andado. ●

# Livros



## ***Territórios educativos: experiências em diálogo com o bairro-escola***

**ORGANIZADO POR** Helena Singer, diretora da Associação Cidade Escola Aprendiz (2015)

A Associação Cidade Escola Aprendiz e a Editora Moderna elaboraram um panorama sobre a educação integral no Brasil nos últimos anos. Dividido em dois volumes, o material traz programas realizados nas chamadas “cidades educadoras”, que promovem e fortalecem os territórios educativos, buscando novas formas de organizar e garantir o desenvolvimento físico, intelectual, afetivo e social dos cidadãos. Experiências em Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG) e Sorocaba (SP). Volume 1 gratuito disponível em [www.moderna.com.br/eja](http://www.moderna.com.br/eja). Volume 2 gratuito disponível em [www.moderna.com.br/eja](http://www.moderna.com.br/eja).

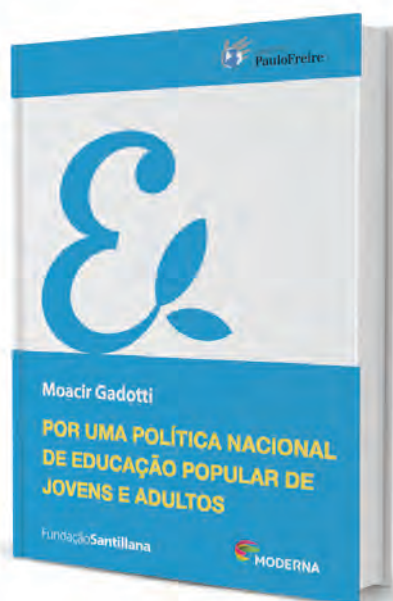
## ***Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática***

**ORGANIZADO PELA** Representação da Unesco no Brasil (2008)

O livro traz experiências brasileiras de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos, valorizando a diversidade de personalidades envolvidas neste segmento. Organizado pela Unesco, este material revisita a história e conta lições aprendidas nas salas de aula brasileiras que merecem ser compartilhadas, debatidas, avaliadas e analisadas para a evolução da Educação de Jovens e Adultos. Livro digital gratuito disponível em [www.moderna.com.br/eja](http://www.moderna.com.br/eja).



## SELECIONAMOS ALGUMAS **PUBLICAÇÕES** **PARA O EDUCADOR** DE JOVENS E ADULTOS

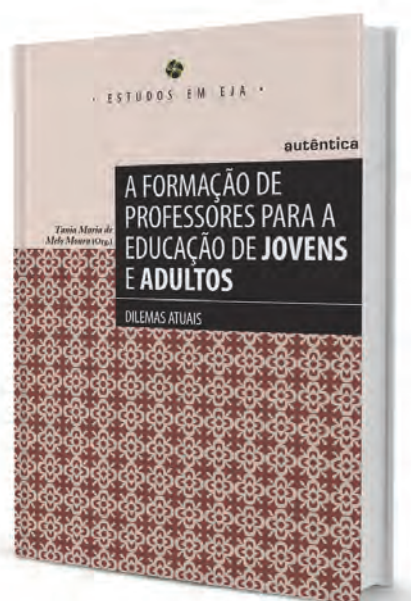


### **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**

**ORGANIZADO POR** Moacir Gadotti, diretor  
do Instituto Paulo Freire (2014)

*Elaborada por uma das maiores referências da EJA no Brasil, a obra propõe uma nova política nacional de alfabetização de jovens e adultos que tenha a educação popular como referência e se sustente em princípios como a gestão democrática, a participação cidadã, o respeito à diversidade, a cultura popular, o conhecimento crítico e uma perspectiva emancipatória da educação.*

Livro digital gratuito disponível em [moderna.com.br/eja](http://moderna.com.br/eja).



### **A formação de profes- sores para a educação de jovens e adultos - Dilemas atuais**

**ORGANIZADO POR** Tania Maria de Melo Moura

*Este livro apresenta estudos e artigos que colaboram com a formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos. A obra reflete os dilemas atuais vividos pelos docentes da EJA, apresenta os aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos do segmento e ajuda a entender a importância da EJA para a vida de milhares de brasileiros. À venda nas principais livrarias do Brasil.*

# MARIA TERESA MANTOAN

## por uma escola das diferenças

“Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”.

POR Kátia Dutra

**PREPARAR** para a vida é o principal objetivo da educação. Assim, quando se fala em escola remetemos a um ambiente que deve agregar diferenças e garantir a cada aluno aquilo que é fundamental: liberdade, convivência e sentido de pertencimento, construídos pelos alunos em conjunto com toda a sua geração. Essa é a premissa básica do trabalho realizado há quase 25 anos por Maria Teresa Mantoan.

Mestre e Doutora em Psicologia Educacional, Maria Teresa é uma sumidade em educação inclusiva no Brasil. Pedagoga especializada em educação de alunos com necessidades educacionais especiais e professora há mais de 40 anos, leciona em cursos de graduação e de pós-graduação na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Lá, também coordena o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferenças (LEPED), em que está sempre em diálogo com as novas gerações de estudantes para a formação de professores e gestores cada vez mais envolvidos com a inclusão.

Seus estudos relacionados às capacidades cognitivas das pessoas com deficiência mental dentro do ambiente escolar começaram em 1991 e, desde então, Mantoan é uma crítica convicta das “escolas especiais”, que, segundo ela, tiram do indivíduo o direito à autonomia e ao convívio com seus pares. Ela defende a ideia de que, para pensarmos uma sociedade justa e igualitária, livre de discriminação, a escola deve ser o maior exemplo.

Mantoan foi pioneira do movimento brasileiro a favor da inclusão escolar e é incentivadora do que chama de “escola das diferenças”, um ambiente que valoriza a individualidade em prol do coletivo e que permite a cada indivíduo uma formação digna e repleta de oportunidades. Ela defende também a participação ativa da escola e da família na inclusão dos alu-



ILUSTRAÇÃO ALEXANDRE MATOS

nos especiais nas escolas comuns, seja atribuindo uma gestão baseada na formação continuada dos professores ou lutando pela garantia de direitos constitucionais.

Ao longo de sua carreira, tem acompanhando de perto a evolução da legislação brasileira para indivíduos com deficiências. Seu trabalho é tão influente que, em 2008, foi convidada pelo MEC a participar da elaboração da nova Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Esse documento prevê a educação especial como uma modalidade transversal para todos os níveis de ensino, ou seja, permite que o cidadão seja acompanhado em toda a sua trajetória escolar, numa perspectiva de aprendizado para a vida toda.

A proposta do MEC define a educação especial como complementar à formação escolar regular dos alunos, garantindo a todos o direito incondicional de acesso à educação; e ainda regulamenta a obrigatoriedade das instituições de ensino em oferecer o serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE), para todos os alunos da rede pública e privada, independentemente de suas peculiaridades e necessidades. O AEE deve ser realizado fora do horário curricular da escola e deve orientar o aluno a utilizar ferramentas e recursos que o ajudem a superar suas dificuldades, como o sistema Braille, a comunicação alternativa/aumentativa e outros equipamentos e linguagens.

Afinal de contas, a superação do preconceito e das barreiras pedagógicas só acontece quando existe a compreensão sobre a necessidade de transformar a escola em um ambiente colaborativo e formador, em que mais do que assimilar conteúdos, os alunos sejam capazes de expressar livremente suas ideias, desenvolver habilidades e se tornar autônomos no aprendizado escolar e da vida.

# COTIDIANO ESCOLAR

## AÇÃO DOCENTE

MKT • MODERNA

### Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Para auxiliar o professor em seu dia a dia, a coleção **Cotidiano Escolar Ação Docente** apresenta livros inovadores que discutem os desafios de uma prática pedagógica inclusiva e orientam a atuação docente com sugestões específicas de trabalho. A coleção representa um convite à reflexão e um estímulo concreto à ação docente. Para enriquecer ainda mais a prática pedagógica, cinco obras discutem o Atendimento Educacional Especializado (AEE).



### TÍTULOS DA COLEÇÃO:

- AEE Políticas públicas e gestão de municípios
- AEE do aluno com deficiência visual
- AEE do aluno com deficiência física
- AEE do aluno com deficiência intelectual
- AEE do aluno com surdez

Atendimento ao professor  
**0800 17 2002**  
www.moderna.com.br

 **MODERNA**



**Vozes de Valor**

Educação de Jovens e Adultos

Parceria, acompanhamento e formação

# Você é a voz da TRANSFORMAÇÃO!

Mais de 54 milhões de brasileiros ainda não têm instrução ou não completaram o Ensino Fundamental.

Juntos, estamos construindo um país mais justo e transformando a história de três gerações que se encontram na EJA: jovens, adultos e idosos.

Tudo porque acreditamos na educação como um direito de todos.

**Junte-se a nós e a milhares de vozes que já ecoam por todo o país.**

[www.moderna.com.br/eja](http://www.moderna.com.br/eja)



**MODERNA**

TRADIÇÃO E PIONEIRISMO QUE VOCÊ CONHECE